Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Terça-feira 13.9.2022 / Diário / Ano 158.º / N.º 56 028 / € 1,50 / Diretora Rosália Amorim / Diretor adjunto Leonídio Paulo Ferreira / Subdiretora Joana Petiz

BENFICA PEDE ARQUIVAMENTO
CINCO ANOS DE INVESTIGAÇÃO E "NÃO HÁ PROVAS DE SACO AZUL PARA PAGAR TERCEIROS"

PROCESSO "Apesar da aturada, exaustiva e longa investigação dos factos, nada mais se apurou e nada mais se imputa senão uma (alegada) fraude fiscal", alegam os advogados do clube da Luz. No relatório da Judiciária, a que o DN teve acesso, fala-se em "fortes indícios" da prática de crime fiscal, mas não se aponta uso de verbas para supostos pagamentos a árbitros. Nada foi provado, vinca agora a defesa. PÁG. 22

ORÇAMENTO
PACOTE ANTICRISE ATIRA 4 MIL MILHÕES PARA DESPESA DE 2023

PÁGS. 15 e ÚLTIMA

© EPA/MANUEL DE ALMEIDA

Inflação Óleo subiu 36%, frango 25% e Bruxelas está mais pessimista para o final do ano PÁGS. 4-5

Milhares de alunos sem aulas
Ano letivo arranca sem professores. Comissão Europeia exige que se suba salário a contratados

PÁGS. 10-11

Lisboetas confiam nas polícias
Cidadãos sentem-se seguros, mas poucos denunciam quando são vítimas de crime

PÁG. 16

Questionário Proust, por Nuno Gama
"Globalização dos Descobrimentos é o feito militar que mais admiro"

PÁG. 14

Regressou o debate da independência
Escócia diz adeus à rainha Isabel II. Irá agora questionar a monarquia?

PÁGS. 18-19

Longa-metragem *Wish* no centenário
Super-heróis e rebeldes marcam regresso à magia da Disney

PÁG. 26

EDITORIAL

Joana Petiz
Subdiretora do Diário de Notícias

Derramas, tributação autónoma, CESE... Quer mais taxas especiais?

Nos dias que correm, bem podemos dar graças por já não estarmos sujeitos aos devaneios demagógicos de uma 'geringonça' que agrilhoava o bom senso em nome da sobrevivência política do Executivo. Por esta altura, já se teria conseguido dar cabo do que funciona em nome de delírios ideológicos e justicialismos bacocos.

Basta escutar o que se diz por aí sobre "lucros excessivos" e a "urgência de taxar mais" quem consegue resultados positivos pela simples vergonha que é terem-nos, enquanto o resto padece da condição miserável da sua existência. Não importa se o conseguiu por ter visão e capacidade de investir no futuro, quem consegue ganhar dinheiro deve ser punido – é este o espírito, movido pela costumeira inveja que, de tão cega, não vê sucesso sem corrupção, nem admite a possibilidade de um português ser bem-sucedido sem enganar os outros. Em vez de tomarem os êxitos como exemplo e modo de vida, assumem-se mais ou menos declaradamente inimigos do capital e da iniciativa privada e não conseguem deixar de olhar cada conquista com desconfiança e azedume, clamando por solidariedade e justiça quando o que desejam secretamente é que todos sejam condenados ao lodo. Sobretudo os que dele conseguiram escapar.

Ouvimo-los diariamente a dizer que existem resultados extraordinários em certos setores fruto das transformações que a sustentabilidade e a digitalização exigem. Argumentam que há resultados inesperados, fruto dos tempos extraordinários de vivemos, primeiro com a pandemia e agora fruto da guerra, mas na verdade confundem lucros excessivos com o facto de considerarem um excesso que haja lucros. E não é ideia confinada na extrema-esquerda; há no próprio PS uma fação de militantes desgostosos por não verem no governo vontade de avançar com o chicote fiscal para cima das empresas.

Dizer que há em Portugal lucros excessivos é de rir. A banca, arrasada pela crise financeira durante uma década, ainda agora conseguiu ficar acima da linha de água – e bem vamos precisar dessa almofada que acumulou agora para fazer face a incumprimentos decorrentes do aumento das taxas de juro nos créditos à habitação. Queremos taxar os bancos ou garantir que têm margem para negociar e atrasar pagamentos, como fizeram durante a pandemia?

Os supermercados estão a refletir subidas de preços em toda a cadeia de produção e distribuição e a desfrutar de uma tendência de consumo que ainda não perdeu gás desde que a covid se fez endémica. As energéticas, eternas vilãs, estão a ganhar mais à boleia das renováveis e das margens de refinação, mas perdem brutalidades no gás – fundamental para a produção de energia e cujos valores dispararam nos mercados internacionais. E esses preços não se refletiram nos consumidores de imediato ou sequer na proporção do custo acrescido. Queremos mesmo pôr em risco a descarbonização?

Dirão alguns que outros países europeus não têm pejo em avançar com este tipo de taxas. Mas a esses valerá a pena recomendar uma análise comparada à carga fiscal que Portugal aplica às suas companhias e aos impostos devidos pelas dos parceiros europeus.

Pegue-se no IRC, some-se a derrama estadual e a derrama municipal, acrescente-se a tributação autónoma e outras peculiaridades nacionais que carregam no peso das obrigações fiscais a que as nossas empresas têm de dar resposta – no fundo, as taxas extraordinárias que lhes exigimos há anos. São mais de 31% a pesar. É a mais alta taxa estatutária máxima da Comunidade, 10 pontos acima da média europeia, mais alta do que os 29% da Alemanha, os 28% de França, os 27% de Itália.

Há depois a carga fiscal sobre o trabalho, que já está muito perto dos 42%, o que nos põe entre os 10 piores da OCDE e uma vez mais quase 10 pontos acima da média dos países-membros da UE (34%). E ainda, a penalizar especificamente as energéticas, temos uma contribuição extraordinária (CESE) criada pela *troika* e que há uma década é renovada com cada Orçamento do Estado, abatendo nos preços do gás – e somando nos tribunais, onde é contestada desde a sua génese pela Galp, EDP e REN, uma fatura de centenas de milhões de euros que nos cairá em cima se às empresas for reconhecida razão.

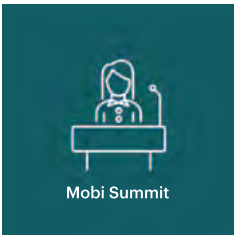
Vamos taxar o quê, afinal?

FOTO DE 1944

"Ribatejo em festa. Bênção de gado na ermida restaurada de Alcamé", escrevia o DN na terça-feira, 4 de junho de 1944, quando noticiava as festas do Colete Encarnado desse ano, que terminavam neste "pequeno templo que o rei D. João V mandou erguer em plena lezíria, [que] teve a boa intenção de facilitar aos campinos – sempre agarrados às suas piaras e manadas – a assistência religiosa", segundo podia ler-se.

OPINIÃO HOJE

13.9.2022

Diretora Rosália Amorim **Diretor adjunto** Leonídio Paulo Ferreira **Subdiretora** Joana Petiz **Secretário-geral** Afonso Camões **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira e Artur Cassiano (adjunto) **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Céu Neves e Fernanda Câncio **Editores** Ana Sofia Fonseca, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil, João Pedro Henriques e Nuno Sousa Fernandes **Redatores** Ana Meireles, Carlos Nogueira, César Avó, David Pereira, Isaura Almeida, Paula Sá, Susete Francisco, Susete Henriques, Susana Salvador e Valentina Marcelino **Fecho de edição** Elsa Rocha (editora) **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, Maria Helena Mendes, Lília Gomes, Rafael Costa e João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Joana Petiz (diretora) **Evasões** Pedro Ivo Carvalho (diretor) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (diretora) **Conselho de Redação** Ana Mafalda Inácio, Carlos Nogueira, Paula Sá, Susete Francisco e Rui Frias **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de agosto de 2022: 6.619 exemplares.

INFLAÇÃO

Preço do óleo sobe 36% e do frango 25% desde início da guerra

INE Índice abrandou para 8,9% em agosto, menos 0,2 pontos face ao mês anterior, muito por força do desaceleramento dos custos com energia, nomeadamente combustíveis, e com o vestuário e a saúde. Em sentido inverso, os produtos alimentares registaram uma subida de 15,4%, o maior aumento homólogo desde outubro de 1990.

TEXTO **SALOMÉ PINTO**

Desde o início da guerra na Ucrânia (24 de fevereiro de 2022) que comprar óleo alimentar, carne ou fruta fresca tem pesado cada vez mais na carteira dos portugueses. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) divulgados ontem, o preço dos óleos alimentares disparou 36,2% em agosto, face a fevereiro. É a categoria de produtos alimentares que registou a maior subida. Seguem-se as carnes de aves, que agora estão 25,1% mais caras, e a carne de porco, cujo preço aumentou 23,4%.

A fruta fresca ou frigorificada subiu 14,4% e as frutas, em geral, registaram uma subida de 13,7%. O preço dos produtos de padaria, bolachas e biscoitos avançaram 12,5% e o leite, queijo e ovos encareceram 10,3%. O pão, com uma subida de 8,8%, e o peixe, com um aumento de 8,7%, são os produtos com menor variação de preços entre fevereiro e agosto.

De acordo com o INE, "os produtos alimentares contribuíram em cerca de 40% para a variação total do IPC (Índice de Preços no Consumidor)". "Neste grupo foram recolhidos mais de 60 milhares de preços relativos a mais de 250 produtos", esclarece o gabinete de estatísticas.

Em termos homólogos, em agosto o índice referente aos produtos alimentares não transformados registou a variação mais elevada desde outubro de 1990, fixando-se em 15,4% *(ver infografia)*. Em julho a subida foi de 13,2%.

Apesar da escalada de preços dos alimentos, a economia portuguesa viu a inflação abrandar em agosto, muito por força do desaceleramento dos custos com a energia, nomeadamente combustíveis, e com vestuário, calçado e saúde. Assim, e de acordo com o relatório do INE, a inflação, afinal, recuou ainda mais, para 8,9%, em termos homólogos, menos 0,2 pontos face ao mês anterior. É a primeira queda em 12 meses. A estimativa rápida do instituto tinha previsto inicialmente uma variação de 9%.

O índice dos produtos energéticos, que se situou em 24%, representou uma queda de 7,2 pontos percentuais face à variação homóloga de julho, revela. Comparativamente com fevereiro, este recuo é explicado pela diminuição dos preços verificada nos combustíveis, explica o INE. O calçado e o vestuário também contribuíram para este travão no aumento dos preços, ao registarem um recuo de 1,57% nos preços em agosto, comparativamente com o mesmo mês de 2021.

Índice de Preços no Consumidor

(Taxa de variação homóloga – Base 2012)

Período de referência dos dados	Total	Produtos alimentares não transformados	Produtos energéticos
Agosto de 2022	8,94%	15,43%	23,99%
Julho de 2022	9,06%	13,22%	31,18%
Junho de 2022	8,73%	11,95%	31,66%
Maio de 2022	8%	11,64%	27,31%
Abril de 2022	7,20%	9,41%	26,72%
Março de 2022	5,33%	5,83%	19,82%
Fevereiro de 2022	4,19%	3,74%	14,98%
Janeiro de 2022	3,34%	3,38 %	12,15%
Dezembro de 2021	2,74%	3,21%	11,18%
Novembro de 2021	2,58%	0,79%	14,14%
Outubro de 2021	1,83%	-0,73%	13,36%
Setembro de 2021	1,48%	-0,36%	10,50%
Agosto de 2021	1,54%	0,16%	9,31%

FONTE: INE; ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DESTES DADOS: 10 DE AGOSTO DE 2022; QUADRO EXTRAÍDO EM 12 DE SETEMBRO DE 2022

Gastos com saúde apresentaram, de igual modo, uma variação negativa de 3,49%. Segundo a mesma fonte, " a classe da saúde é a única a apresentar um contributo negativo relevante, em consequência do alargamento dos critérios de isenção das taxas moderadoras ocorrido em junho".

A impedir um maior arrefecimento dos preços esteve não só a alimentação como também o turismo, o que é natural no habitual mês de férias de verão. Segundo o gabinete de estatísticas, os preços do setor Restaurantes e hotéis subiram 16,3 % em termos homólogos, quando em julho a variação tinha sido de 14,8%.

Os preços da habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis também pesaram na taxa de inflação, embora tenham abrandado a subida para 14,9%, quando em julho tinha sido de 16,6%. Nos transportes, a descida dos preços da gasolina e do gasóleo reduziram o crescimento das tarifas para 10,4% (tinham registado 12,8% em julho).

Na taxa de inflação de referência que é usada pela União Europeia na comparação entre os diversos Estados-membros, o índice harmonizado de preços foi de 9,3%, menos 0,1 pontos face a julho. Em relação à média da Zona Euro, Portugal ficou 0,2 pontos percentuais acima, quando, em julho, o índice português sido superior em 0,5 pontos. Estima-se ainda uma variação média do índice nos últimos 12 meses de 5,4%.

Quanto ao mercado de arrendamento, o INE revela que em agosto as rendas das casas por metro qua-

JUSTIN SULLIVAN/AFP

drado subiram 2,8%, em termos homólogos. Segundo o instituto, "todas as regiões apresentaram variações homólogas positivas das rendas de habitação, tendo Lisboa e os Açores registado os aumentos mais intensos (3,1%)".

A variação média anual da inflação apurada em agosto serve para determinar os aumentos das rendas para o próximo ano. Ora, de acordo com esta regra, os senhorios poderiam impor uma subida de 5,4% aos seus inquilinos. Contudo, no pacote de medidas do governo dirigido às famílias para mitigar a subida da inflação foi proposto estabelecer um limite até 2% de aumento das rendas *(ver ao lado)*. A medida vai ser debatida e, eventualmente, votada no Parlamento no próximo dia 16.

salome.pinto@dinheirovivo.pt

Bruxelas, mais pessimista, prevê subida para 6,8%

CENÁRIOS Apesar de o governo ter inscrito no Orçamento do Estado para este ano uma inflação de 3,7%, o ministro das Finanças já admitiu que o aumento anual do índice dos preços pode atingir 7,3%.

SALOMÉ PINTO

O governo já reviu em alta a estimativa da inflação para o conjunto deste ano. Ao contrário dos 3,7% inscritos, em abril, no Orçamento do Estado de 2022, agora o ministro das Finanças, Fernando Medina, já admite que a subida dos preços atinja 7%, um cenário que já se aproxima da previsão oficial mais pessimista de 6,8% de Bruxelas. Para 2023, a Comissão Europeia (CE) espera que a inflação em Portugal abrande para os 3,6%, enquanto o Executivo português antevê um cenário mais otimista de 1,7% na variação do Índice de Preços no Consumidor.

As posições do Fundo Monetário Internacional (FMI) são semelhantes às da CE, ainda que levemente mais positivas. A instituição liderada por Kristalina Georgieva estima, para Portugal, uma inflação de 6,1% para 2022 e de 3,5% para 2023. Já o Banco de Portugal antevê uma subida dos preços de 5,9% no final do ano e um desaceleramento para 2,7% em 2023.

Mas a incerteza que paira sobre a guerra na Ucrânia e a consequente crise energética e o problema da escassez de matérias-primas, decorrente do corte nas cadeias de abastecimento por causa dos *lockdowns* da pandemia de covid-19, podem baralhar as contas. Neste momento, a inflação em Portugal está nos 8,9%. Mas na taxa que é usada para comparar subidas de preços entre os vários Estados-membros o país está nos 9,3%, dois pontos acima do valor máximo alcançado pela Zona Euro (9,1%).

Objetivo é chegar aos 2%

Ora, a presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, tem sido perentória quanto à necessidade de combater a inflação. A prioridade da União Europeia e da Zona Euro é chegar aos 2%. Por isso o BCE decidiu, em julho, subir as taxas de juro em 50 pontos-base e, agora, em setembro, avançar em mais 75 pontos, para 1,25%. É a primeira vez desde 1999 que o banco central da Zona Euro opta por um aumento de juros desta dimensão, 75 pontos-base.

Estas intervenções no mercado têm efeitos nos juros dos créditos à habitação, a tal ponto que podem agravar a prestação da casa em mais 150 euros por mês no caso de um empréstimo de 250 mil euros, segundo as simulações da Deco para o Dinheiro Vivo.

Nova subida das taxas de juro

À semelhança da Reserva Federal norte-americana (Fed), o BCE não deverá ficar por aqui com a subida das taxas de juro. No final da reunião da semana passada, na qual os governadores do BCE decidiram aumentar as taxas em mais 75 pontos-base, Christine Lagarde deixou um aviso: "A inflação mantém-se demasiado elevada e é provável que se mantenha acima da nossa meta por um longo período de tempo. Apesar dos constrangimentos à oferta estarem a aliviar, estes continuam a alimentar-se gradualmente dos preços nos consumidores e a colocar pressão sobre a inflação, tal como a recuperação da procura no setor dos serviços." "Face à avaliação atual", o BCE espera, "em várias reuniões futuras, subir as taxas de juro ainda mais, para reduzir a procura e salvaguardar contra o risco de uma transição ascendente em alta nas expectativas de inflação", vincou.

Fed já aumentou quatro vezes

Recorde-se que, do outro lado do Atlântico, os EUA já subiram quatro vezes as taxas diretoras, a última das quais em julho, para mais 75 pontos percentuais. Este aumento coloca as taxas de referência no intervalo entre 2,25% e 2,50%. Estão previstos mais dois aumentos até ao final do ano.

O ciclo de subida dos juros nos EUA teve início em março, com um aumento de 25 pontos-base, enquanto a segunda subida ocorreu dois meses depois, em maio, em 50 pontos-base. Na reunião de política monetária, que decorreu nos dias 14 e 15 de junho, o banco central norte-americano realizou a terceira subida das taxas de juro, aumentando-as em 75 pontos-base. Desde o início do ano, a Fed aumentou os juros num total de 225 pontos-base.

Consequência direta ou indireta desta política restritiva da Fed, o certo é que os EUA conseguiram fazer recuar a inflação de 9,1% em junho, um máximo desde 1981, para 8,5% em julho. O objetivo é igual ao do BCE: chegar aos 2% de taxa de inflação.

salome.pinto@dinheirovivo.pt

Fernando Medina
Ministro das Finanças (abril/OE 2022)
2022: 3,7%
2023: 1,7%

Mário Centeno
Gov. do Banco de Portugal (junho de 2022)
2022: 5,9%
2023: 2,7%

Ursula von der Leyen
Pres. da Comissão Europeia (maio de 2022)
2022: 6,8%
2023: 3,6%

Kristalina Gueorguieva
Secretária-geral do FMI (junho de 2022)
2022: 6,1%
2023: 3,5%

REFERÊNCIAS

Atualizações à espera da inflação

Em Portugal, a cada novo ano, a atualização dos preços de certos serviços e de algumas pensões está indexada à evolução da inflação. Este ano nem tudo avançará como o previsto.

Rendas

As rendas no próximo ano deveriam ter um aumento superior a 5%, tendo em conta a variação média do índice de preços apurada em agosto pelo Instituto Nacional de Estatística, excluindo a habitação. No entanto, o governo decidiu limitar a subida das rendas a 2% em 2023, prevendo introduzir um mecanismo de compensação automática aos senhorios, de acordo com a declaração anual de imposto que submeterem às Finanças.

Pensões

Uma lei criada pelo governo de José Sócrates estabeleceu a atualização das pensões com base em dois indicadores: a variação média do índice de preços apurada em novembro, excluindo a habitação, e o crescimento nominal do PIB nos dois últimos anos. Em 2023 a norma será aplicada, mas o governo antecipa para este ano o pagamento de meia pensão, em outubro, reduzindo a base de cálculo para 2024.

Portagens

Para o aumento das portagens conta também o valor da inflação média, exceto habitação, do último ano, mas registada em outubro. O INE deverá divulgar um valor estimativo no dia 31 de outubro. O preço das inspeções automóveis está igualmente indexado à inflação média de novembro, sem habitação.

Rui Rio renuncia a mandato e não vai andar por aí a fazer sombra a Luís Montenegro

PSD O ex-líder já não assume o lugar de deputado na nova sessão legislativa que começa amanhã e o anterior líder parlamentar social-democrata, Paulo Mota Pinto, também pediu a suspensão de mandato por cinco meses.

TEXTO **PAULA SÁ**

Rio chegou a assumir a liderança da bancada enquanto dirigia o PSD.

LEONARDO NEGRÃO / GLOBAL IMAGENS

Amanhã, quando o plenário se reunir pela primeira vez na nova sessão legislativa, a bancada do PSD já não contará com Rui Rio entre os seus deputados. O ex-líder do partido entregou o pedido de renúncia do mandato na passada sexta-feira e vai ser substituído por António Cunha, 15.º da lista, e que já esteve na Assembleia da República na anterior legislatura.

Rui Rio cumpre assim o que tinha prometido: sair de cena no início do novo ciclo político que começa este setembro e dois meses após ter deixado formalmente a liderança do partido.

Ainda sem ter definido o que vai fazer nos próximos tempos, os que lhe são próximos têm uma certeza: "Não irá andar por aí a fazer sombra a Luís Montenegro." O que não impede que "continue a ter intervenção cívica" e vá assinalando o que entender na vida da república.

O que tem continuado a fazer no Twitter, já com uma foto de perfil com óculos de sol e em pose descontraída, sobre matérias como a TAP ou a legislação da Segurança Social. "Se há legislação que devia perdurar no tempo é a relativa à Segurança Social. Não a devíamos mudar por causa da conjuntura. Ela tem de ser elaborada com a flexibilidade necessária para estar capaz de responder em todas as circunstâncias. As pessoas têm de saber com o que contam", escreveu naquela rede social a 9 deste mês.

Fontes que lhe são próximas garantem também ao DN que, tal como Rio, os que o apoiaram até ao fim não irão andar a fazer contravapor contra a nova direção. "Ninguém irá fazer com Montenegro o que ele e outros fizeram com a liderança de Rui Rio", asseguram.

A bancada

E o facto é que a bancada parlamentar que agora Rui Rio abandona saiu das listas que escolheu para as legislativas de janeiro de 2022 e que deram a maioria absoluta ao PS. A maior parte dos deputados sociais-democratas foi uma aposta da sua direção, incluindo o novo líder parlamentar escolhido por Luís Montenegro, Joaquim Miranda Sarmento, que passou de um dos "homens fortes" de Rio para "homem forte" do novo presidente social-democrata.

> A par do anúncio da renúncia de Rui Rio, será feito também o pedido de suspensão de mandato por cinco meses do ex-presidente da bancada, Paulo Mota Pinto.

A par do anúncio hoje em plenário da renúncia de Rui Rio, será feito também o pedido de suspensão de mandato por cinco meses do ex-presidente do grupo parlamentar, Paulo Mota Pinto.

Mota Pinto foi líder parlamentar do PSD entre abril e julho deste ano – saiu a pedido do novo presidente do partido, Luís Montenegro. Com o pedido de suspensão de funções de Mota Pinto, que tinha encabeçado a lista do PSD por Leiria, voltará à Assembleia da República João Carlos Barreiras Duarte, que já foi deputado e é irmão de outro antigo parlamentar e ex-secretário-geral do PSD, Feliciano Barreiras Duarte.

Antes de ter assumido a liderança do PSD pela primeira vez, em 2018 – tendo-se recandidatado mais duas vezes (2020 e 2021) e saído vencedor de ambas –, Rui Rio trabalhava como consultor na Boyden, uma multinacional na área de recursos humanos. E agora, livre das funções políticas, o antigo presidente da Câmara do Porto, que é economista de formação, poderá ou não retomar esta atividade.

paulasa@dn.pt

Líder do PSD desafia Costa a perder "cobardia política" e a falar "verdade" sobre pensões

SOCIAIS-DEMOCRATAS Luís Montenegro acusa o primeiro-ministro de não falar verdade sobre um corte no cálculo de aumento das reformas.

No primeiro dia em que começou a cumprir a promessa de passar uma semana por mês em cada distrito do país, no caso Viseu, o novo líder do PSD atacou fortemente o governo do PS e em particular António Costa. Ao primeiro-ministro lançou um desafio sobre o aumento das pensões, que Costa tinha rejeitado sofrer qualquer corte ao longo dos próximos anos. "Quero desafiar o Dr. António Costa a deixar esta cobardia política e que diga a Portugal e aos portugueses, independentemente do mérito da medida, que não vou discutir aqui, que está a cortar mil milhões de euros no sistema de pensões para o tornar mais sustentável no médio e longo prazo."

Luís Montenegro afirmou aos jornalistas que rejeita fazer o juízo de que António Costa quer prejudicar as pessoas, mas pediu para que "seja corajoso, verdadeiro e só depois discutir se as coisas estão certas ou erradas" na medida que está a tomar. Recordou que os governos de Sócrates e de Costa andaram a garantir que o sistema de pensões estava garantido em termos de sustentabilidade para várias décadas.

"O governo decidiu um corte de mil milhões de euros no sistema de pensões, isso é inegável, é matemático", assegurou. E frisou que António Costa antecipa esse pagamento dos mil milhões de euros este ano, que era devido ao aumento de pensões no próximo, tendo diminuído a base de calculo de aumento para os próximos anos. "Quem dá hoje o que tira amanhã não está a dar ajuda nenhuma, a ajuda é zero", afirmou. E insistiu que a base dos aumentos para os próximos anos "será menor por decisão dele [António Costa]".

O líder do PSD reiterou que vai ao encontro das populações "mais para ouvir" do que para apresentar propostas nesta fase. E sobre o distrito de Viseu em concreto, aproveitou para censurar a falta de investimento público dos governos socialistas, que fazem com que ainda não se tenha concretizado a ligação de autoestrada entre Coimbra e Viseu. O que, na sua opinião, é muito prejudicial para a fixação de população e para o tecido económico.

Luís Montenegro criticou ainda a falta de investimento na ferrovia. "Tivemos um nível de investimento inferior entre 2016 e 2021 do que entre 2011 e 2015, nos tempos da intervenção externa", disse.

P.S.

Imposto sobre lucros excessivos. PS esconde-se atrás da UE

FISCALIDADE Porque a situação poderá tornar-se numa "desvantagem" para Portugal, uma solução deste género só poderá avançar havendo a maior concertação possível na Europa.

O líder parlamentar do PS não excluiu o aprofundamento de medidas de combate a lucros abusivos no domínio fiscal, mas considerou essencial que essa solução seja concertada na União Europeia, para não deixar Portugal em "desvantagem".

Esta posição sobre a eventual tributação de lucros extraordinários de empresas em conjuntura de elevada inflação foi transmitida por Eurico Brilhante Dias depois de ter visitado duas empresas no distrito de Leiria, no âmbito das Jornadas Parlamentares do PS. "Não eliminamos nenhuma solução", afirmou, após ter defendido que o governo já tomou medidas na área da energia para tentar eliminar lucros abusivos.

Nas declarações que fez aos jornalistas, Eurico Brilhante Dias observou que o governo tem dito que "olhará para a aplicação por parte de outros países para analisar a sua eficácia" e assinalou que Itália, um dos primeiros a avançar, "já fez uma revisão do seu mecanismo de combate aos lucros abusivos". "Devemos permanecer vigilantes, procurando sempre que a solução seja o mais concertada possível no quadro da União Europeia, para não criar para Portugal uma desvantagem que outros não querem tomar", advertiu.

No plano dos princípios políticos, o líder da bancada socialista acentuou que "não há justiça social sem justiça fiscal. Mas não podemos penalizar apenas os portugueses. Temos de o fazer de forma equilibrada, não eliminando à partida nenhuma solução quer na dimensão fiscal, quer na dimensão de intervenção direta nos mercados", frisou.

Eurico Brilhante Dias, líder parlamentar do PS

JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA

E sublinhou a possibilidade de "abordagens diferentes na forma de concretizar esse desígnio": "Há uma abordagem que alguns países – poucos – têm adotado com uma dimensão fiscal, não de uma taxa, que normalmente tem um serviço associado, mas de um imposto adicional. E há quem defenda que existem outros instrumentos para eliminar lucros abusivos – lucros gerados por esta circunstância [de alta da inflação] e que são anormais quando a larga maioria dos portugueses sofre com a inflação."

O PCP reagiu às palavras do líder parlamentar socialista dizendo que "não desistirá dessa luta pela taxação dos lucros excessivos que os grupos económicos da energia têm tido no nosso país". "Essa fuga do PS em relação à necessária taxação desses lucros, refugiando-se em decisões da União Europeia, mais não é do que a convergência com os interesses dos grupos económicos, em detrimento da defesa dos interesses nacionais", defendeu o dirigente comunista Vasco Cardoso, membro da Comissão Política do PCP, numa declaração à imprensa.

LUSA

Opinião
Pedro Cruz

Crónica de El-Rei D. Carlos III

Carlos III é um homem preparado para reinar, mas é um príncipe com passado. Por causa das causas que defendeu, dos discursos que fez, das posições que tomou, das convicções firmes que assumiu em matérias como o ambiente, a sustentabilidade, a construção e os apoios sociais. Foi, portanto, um príncipe com opinião e ação, o que, como se sabe, está vedado a Suas Altezas Reais. Ter opinião e, com base nela, agir. Ao contrário do que Isabel II conseguiu fazer durante um reinado de 70 anos, porque não se conhecem posições, opiniões, estados de alma ou embirrações da rainha.

Depois das muitas, demoradas e simbólicas cerimónias fúnebres, quando o rei posto começar de facto a reinar, não faltarão ativistas, lobistas, políticos e ambientalistas que farão circular discursos, mais antigos ou mais recentes, mais suaves ou mais incisivos, sobre qual a opinião do novel rei enquanto ainda se prepara para o ser. Carlos III vai ser confrontado com tudo o que Carlos, príncipe de Gales, andou a dizer e a fazer.

Carlos III chega ao trono quando, na verdade, estaria quase em idade de abdicar dele, se já fosse rei. Aos 73 anos, não há no rosto, nos modos, na imagem desgastada por tantas décadas de "espera", não há no novo monarca um sinal de energia, de modernidade, de contemporaneidade, de iniciativa, de refrescamento, de século XXI. Por muito que se esforce, por mais que o seu desempenho acabe por ser impecável, imaculado e constitucionalmente adequado, Carlos III será sempre visto como um rei a prazo, um monarca de transição, terá um reinado de compasso de espera até que William chegue ao trono. Neste hiato em que o "eterno príncipe" se torna rei pode, no limite, ser o tempo em que se esfuma o que resta do simbolismo do império, em que assistiremos a referendos em várias nações que não querem continuar a ter um chefe de Estado sentado em Londres, em que veremos crescer a contestação à monarquia e as ganas de republicanizar o que Isabel II conseguiu manter real. No limite, pode Carlos III vir a ser o último rei do Reino Unido, da Austrália, do Canadá, da Nova Zelândia e de outros territórios de outros tempos, que não se compadecem com as transformações sociais e políticas que abalam os povos neste século XXI.

Carlos III herda um "império" a esboroar-se, um reino prestes a partir-se, uma Inglaterra fora da União Europeia, um legado quase imaculado de como deve ser um monarca constitucional e uma monarquia constitucional. E será sempre comparado, injustamente, à sua "querida mãe". Ainda assim, ele aceita o divino encargo, consciente de tudo isto. "Mais vale ser rei por um dia do que príncipe toda a vida." O ditado popular português parece aplicar-se à letra a um homem que, disseram os enviados especiais por estes dias, é "amado pelos mais jovens". Mas a sociedade britânica não é uma sociedade "jovem" e, para a grande maioria dos britânicos com mais de 35 anos, Carlos é o príncipe "mau" que infernizou a vida à sua princesa, que era, ela sim, a "princesa do povo". Não é benquisto pelos seus súbditos, que acompanharam a paixão, o divórcio, a vida e a morte de Diana. E nesta história de conto de fadas, que a televisão e os tabloides ampliaram até uma dimensão universal, que transformou a família real britânica num dos mais apetecíveis produtos de consumo, Carlos não é propriamente visto como o herói. Poderá vir a ser um monarca tolerado, mas muito dificilmente será um rei amado pelo seu povo, como era a sua mãe.

God save the King. Bem vai precisar.

Jornalista.

[...] Carlos não é propriamente visto como o herói. Poderá vir a ser um monarca tolerado, mas muito dificilmente será um rei amado pelo seu povo, como era a sua mãe. *God save the King*. Bem vai precisar.

Opinião
Afonso Camões

Os gaiteiros da Rainha

Depois dela é que vão ser elas – é o que vai na cabeça do camone quando ainda cheira a incenso pelos funerais da Rainha. Escrevo com maiúscula porque, tendo ela ascendido ao trono em 1952, nenhum de nós conheceu outra. E sabemos mais dela que de Costa ou Marcelo. E dela a referência é de serenidade, estabilidade e solidez. Sim, a Rainha tornou-se também um produto de *marketing*, e os meios intrometem-na tanto nas nossas vidas que até ficamos a saber que uma das suas poucas extravagâncias era o toque do gaiteiro, um real serviço de despertar, a cada manhã, debaixo da sua janela, em Balmoral, onde morreu.

Quantos gaiteiros por uma vida! A morte da Rainha fecha um ciclo histórico para toda uma nação que foi a nossa primeira aliada, ainda que nos tivesse levado um braço quando só lhe pedimos a mão. O império foi, nos últimos cinco séculos, o conceito central em que assentaram a economia, a política e a cultura das ilhas britânicas, numa história dominada por três rainhas: Isabel I, Vitória e Isabel II. A primeira deu o grande impulso ao império, ajudada em boa medida por piratas da laia de Francis Drake, que exploraram novas terras na América e cujas pilhagens os elevaram à mais alta nobreza britânica, enquanto a literatura e as artes floresciam sob a mais brilhante das estrelas, William Shakespeare. Mas foi com Vitória, no século XIX, que o império britânico se expandiu e consolidou, da Índia a África, um projeto e uma visão em que "o sol nunca se punha".

Acontece que a história ensina que não há império que sempre dure, e quando a jovem Isabel se fez rainha o britânico já tinha os dias contados. Durante a Segunda Guerra Mundial, foram os britânicos que, em nome da liberdade, da democracia e da autodeterminação, lideraram o esforço internacional para derrotar o nazismo. Não foi de estranhar que outros povos, que tinham vivido debaixo da bandeira britânica, exigissem então os mesmos direitos. E foi assim que, logo depois da guerra, Isabel II presidiu ao progressivo desabar do império erguido pelas suas antecessoras, mantendo embora a Commonwealth, uma organização que junta meia centena de países debaixo da mesma coroa, o cimento de uma conexão histórica, uma língua e a imagem de uma identidade partilhada.

A capacidade de Isabel II para gerir turbulências foi ainda mais evidente na política interna britânica. Durante sete décadas conheceu bem e lidou com 15 primeiros-ministros, que, por junto, abarcaram mais de um século – de Winston Churchill, nascido em 1874, a Liz Truss, nascida em 1975. Todos os dias a Rainha recebia um relatório pessoal do Parlamento e todas as semanas recebia o primeiro-ministro de turno. Destes, todas as autobiografias coincidem num ponto: a sabedoria e sensatez de Isabel e a sua total discrição.

São essas virtudes que mais falta fazem agora aos britânicos, diante dos enormes desafios que enfrentam, perante fragilidades que ficaram mais expostas com a pandemia e a guerra na Ucrânia. O 'Brexit' acelerou o declínio económico e ameaça a própria unidade do Reino Unido. Em Edimburgo, o governo de nacionalistas escoceses apressa-se a convocar outro referendo para a independência, enquanto os unionistas da Irlanda do Norte, com o apoio da primeira-ministra Truss, querem romper os Acordos de Sexta-Feira Santa e causar novos danos aos vizinhos da União Europeia. Também a nós, portanto. A Rainha ainda vai a enterrar e – desconfia-se – depois dela é que vão ser elas: haverá pelo menos mais um gaiteiro no desemprego.

Jornalista.

A Rainha ainda vai a enterrar e – desconfia-se – depois dela é que vão ser elas: haverá pelo menos mais um gaiteiro no desemprego.

Ano letivo voltará a ser marcado pela escassez de professores

FUTURO Sindicatos e diretores de escolas não têm dúvidas: a falta de docentes vai continuar a deixar milhares de alunos sem aulas. Pedem medidas de fundo urgentes para colmatar esse problema anual.

TEXTO **CYNTHIA VALENTE**

Apesar dos anúncios do Ministério da Educação sobre a colocação de professores, tanto sindicatos como diretores escolares garantem que vão faltar docentes.

O ministro da Educação, João Costa, afirmou, a 12 de agosto, que 97,7 % dos horários pedidos pelas escolas já tinham professores. O número corresponde à verdade, mas, segundo Mário Nogueira, secretário-geral da Federação Nacional de Professores (Fenprof), trata-se de um valor igual ao de anos anteriores e não significa, de todo, que o problema da falta de professores esteja resolvido no início do ano letivo que esta semana se iniciou.

"Trata-se de um embuste", afirma o sindicalista (*ver entrevista*). Sindicatos e diretores de escolas estão certos de que o problema se vai manter este ano letivo, isto porque em agosto apenas foram colocados professores para horários completos (anuais) e os problemas de anos anteriores no que se refere à escassez de docentes não foram resolvidos. Preveem, por isso, iguais ou acrescidas dificuldades na colocação de docentes nas escolas neste novo ano letivo, que poderá ainda ficar marcado por um número recorde de aposentações (cerca de 2200). "Na primeira reserva de recrutamento (2 de setembro) foram colocados professores dos quadros e contratados, que as escolas, em algumas situações, voltaram a pedir. Em pleno agosto o sistema já não conseguiu responder a alguns pedidos dos diretores e o Ministério da Educação informou as escolas para avançarem desde já com a contratação do nível de escola, o que não era habitual. Prevejo ainda que muitos professores possam apresentar baixas médicas, porque não conseguiram mobilidade por doença e foram colocados a uma distância que não lhes permite, em muitos casos, trabalhar", explica Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Diretores de Escolas Públicas, ANDEP.

Arlindo, diretor do Agrupamento de Escolas Cego do Maio, Póvoa de Varzim, e autor do blogue *ArLindo* (um dos mais lidos no setor da Educação), não traça diferente cenário para o novo ano letivo. "Com o envelhecimento do pessoal docente e o aumento das aposentações que se fazem já sentir, a tendência para haver falta de professores irá continuar a aumentar enquanto não forem tomadas medidas de fundo para a atração de novos alunos para seguirem a profissão de professor", afirma.

Para Luís Sottomaior Braga, professor de História e especializado em gestão e administração, no que se refere à afirmação do ministro, em agosto, "o relevante não são os pedidos, mas os que farão falta, que, a essa data, ainda não estão todos determinados". Segundo o especialista, "o problema da falta massificada de docentes é nas substituições: horários que não duram às vezes mais de um mês, parciais, de pagamento muito baixo e em que os descontos nem dão para ter a seguir subsídio de desemprego". Recorde-se que os horários de 15 ou menos horas letivas garante apenas 21 dias mensais declarados à Segurança Social, mesmo que o vencimento seja superior ao ordenado mínimo nacional. Luís Sottomaior Braga acredita que este ano o problema da carência de professores vai agudizar-se "pelo efeito conjugado de aposentações (que vão aumentar, entre outras coisas, pela redução da idade de reforma por aumento da esperança de vida), doença, envelhecimento e péssima gestão da carreira docente pelos sucessivos governos".

"Querem professores, paguem-lhes [...], não é a baixar a qualidade da formação e das habilitações que se vai fazer algo de útil para a educação", defende Luís Sottomaior Braga.

Afinal, porque faltam tantos professores nas escolas?

Segundo os diretores de escola e sindicatos, são vários os motivos que levaram a profissão a ter cada vez menos candidatos, sendo a falta de atratividade da docência o ponto central. Há cada vez menos jovens a tirar cursos de Ensino e o corpo docente é um dos mais envelhecidos e dos mais mal pagos da Europa, segundo um estudo divulgado pela OCDE. Em Portugal, por cada professor jovem há 30 com mais de 50 anos. E é a partir dessa idade (dos 50 aos 60 anos), e desde que cumpram 15, 20 ou 25 anos de serviço, que os professores têm direito a uma redução de horário de duas, quatro ou seis horas, dependendo dos fatores idade e tempo de serviço.

A cada ano que passa, menos alunos escolhem diplomas de Ensino e mais aumenta o número de aposentações, resultando num saldo negativo. Há mais professores reformados do que diplomados a sair das universidades. Há cerca de quatro meses, a Pordata (Base de Dados de Portugal Contemporâneo) avançou com dados preocupantes no que se refere aos diplomados, comparando o número de jovens que terminaram cursos de formação de professores entre os anos de 2003 e 2019. No caso de Física e Química, por exemplo, foram 301 em 2003 e apenas oito em 2019. Nas chamadas disciplinas nucleares – Português e Matemática – o mesmo se verifica, com 302 diplomados em Matemática e 444 em Português (em 2003) e 40 em 2019 (Português) e apenas 21 em Matemática. O decréscimo acentuado faz-se notar na quase totalidade dos grupos de recrutamento, desde o pré-escolar, 2.º ciclo, Biologia e Geologia, Filosofia, Geografia, Inglês, História, entre outros. Já nas aposentações, este ano letivo, em média, serão 185 os profissionais que todos os meses entrarão na reforma. Nas contas da falta de professores entram ainda os que todos os anos desistem da profissão. Cerca de 10 mil docentes saíram do sistema na última década.

"O único caminho que o Ministério da Educação deve seguir para resolver o problema da falta de professores é", segundo Arlindo Ferreira, "a valorização da carreira docente de forma a manter os docentes que já estão no sistema, ir buscar os professores já formados e que optaram por outras profissões e incentivar os novos alunos para uma carreira docente atraente e valorizada. Criar remendos ou tapar buracos não se afigura a melhor solução para o futuro, e tenho sérias dúvidas de que mesmo a curto prazo se consiga resolver a falta de professores que já não abrange só as zonas de Lisboa e do Algarve. A cada ano que passa este problema vai-se alastrando a todo o país".

Comissão Europeia exigiu aumento de salários para contratados

Aumentar salários é, para Luís Sottomaior Braga, uma obrigatoriedade para se combater a falta de professores. "Uma das coisas curiosas e irónicas é que quem tanto nos fala do mercado para outros campos não aceita que o problema da falta de professores é um problema de mercado de trabalho: aumen-

JOSÉ CARMO/GLOBAL IMAGENS

Mário Nogueira

"O problema da falta de professores vai agravar-se"

ENTREVISTA Secretário-geral da Federação Nacional de Professores (Fenprof) prevê um ano letivo novamente marcado por escassez de docentes. Um problema que, diz, "o governo é incapaz de resolver".

TEXTO **CYNTHIA VALENTE**

As medidas introduzidas pelo Ministério da Educação para combater a falta de professores vão surtir efeito?
Em primeiro lugar, o problema da falta de professores não é um problema só da escola pública, mas também do privado. Muitos professores têm vindo para o público e têm colmatado alguma carência, contudo, o problema em ambos os setores vai agravar-se. O governo é incapaz ou não quer ir tomando medidas de fundo. O problema pode disfarçar-se no início do ano, mas rapidamente voltará a agravar-se.

O ministro da Educação disse, a 12 de agosto, que 97,7 % dos horários pedidos pelas escolas já tinham professores. É verdade?
Essa percentagem é exatamente igual todos os anos. Esse número não é novidade alguma, é um embuste. As escolas, em agosto, fazem os pedidos de horários, mas são os que as escolas tinham em julho para preencher. Na contratação inicial e na mobilidade interna ficaram apenas professores de Informática por colocar nas escolas, mas quantos é que lá vão ficar? Quantos metem baixa depois de começarem as aulas porque têm doenças incapacitantes? Quantos vão arranjar um horário melhor em contratação de escola? E, dos que vão aceitar, quantos já não têm direito a redução de horário por antiguidade? Acresce ainda que em agosto não está ainda contemplado o desdobramento de turmas. Houve também horários pedidos que não foram preenchidos porque não chegaram até determinada data. Temos ainda a questão das aposentações, que irão atingir um ritmo diabólico este ano letivo.

Por que motivo avançou então João Costa com esse número?
O ministro disse isso porque toda a gente sabe o problema que existe e, como não fez nada para o resolver, quer dar a impressão de que fez muito. Ele sabe que depois do arranque do ano letivo vamos perceber o que se passa nas escolas. E também quis criar uma dúvida sobre se o problema da

Admito que algumas das medidas pontuais com efeitos imediatos que o ministério aprovou possam levar a que não se atinja a dimensão que era prevista, a tal dos 120 mil alunos sem aulas. Mas num instante, quando se aposentarem as pessoas, será mais difícil substituir docentes.

falta de professores é responsabilidade do ministério ou das próprias escolas. As regras e critérios a que as escolas têm de obedecer para pedir professores não são as escolas que as fixam, é o Ministério da Educação.

Porque faltam professores?
Porque cada vez mais se degradam as condições de trabalho e se desvaloriza a profissão de professor, agravados pelos baixos salários que auferem. Um professor pára na carreira no 3.º ou 4.º escalão. Acresce ainda que muitos contratados precisam de fazer face ao aumento dos combustíveis ou precisam de ter uma segunda residência, e há quem deixe a profissão por causa disto. Não conseguem fazer face às despesas… A questão de fundo é a valorização da carreira, e isso vai levar a que aquelas medidas avulsas que o ministério introduziu se esgotem num instante.

A alteração dos requisitos para a docência vai colmatar a escassez de professores?
Isto não vem acrescentar muito mais, porque já se recorria a esses docentes e já não vai fazer grandes diferenças. Os docentes com habilitação própria que não sejam licenciados e cumpram apenas o requisito dos créditos em determinadas disciplinas ganham pelo índice 126. Estamos a falar de um salário líquido de cerca de 850 euros. Com esse valor, se não tiveram lugar perto de casa, não se conseguirão deslocar.

Prevê mais ou menos dificuldades face ao ano letivo anterior no que se refere à falta de docentes?
Admito que algumas das medidas pontuais com efeitos imediatos que o Ministério da Educação aprovou possam levar a que não se atinja a dimensão que era prevista, a tal dos 120 mil alunos sem aulas. A abrir o ano, pode ter esse efeito, mas num instante, mais à frente, quando se aposentarem as pessoas, será mais difícil substituir docentes. O próprio ministério admitiu, numa reunião connosco, que continuaria a haver falta de professores.

A contestação dos professores levará a momentos de greve ao longo do ano letivo?
As greves vão surgir quando chegar a proposta do Orçamento do Estado e continuar a não haver verbas para resolver estes problemas de fundo da educação. Acho que da parte dos professores o que vai movimentar mais as pessoas é a situação salarial em questão. A inflação deste ano, com os professores a serem grandes consumidores de combustível, levará a que muitos tenham quase de pagar para trabalhar. E estamos ainda à espera de uma resposta do governo face à decisão da Comissão Europeia de exigir o aumento de salário aos professores contratados para deixar de haver discriminação salarial entre docentes (de quadro e contratados).

tem salários e melhorem condições e estabilidade que há quem dê as aulas, mesmo as substituições. Alguém se dedica a uma profissão instável, degradada, insultada e mal paga?", questiona. "Querem professores, paguem-lhes", diz o especialista, salientando que "não é a baixar a qualidade da formação e das habilitações que se vai fazer algo de útil para a educação".

André Pestana, coordenador nacional do Sindicato de Todos os Profissionais da Educação (S.T.O.P.), também acredita que o problema se resolverá apenas com medidas de fundo. "O S.T.O.P. tem alertado há muito tempo que para combater a escassez de professores é fundamental valorizar e dignificar a profissão docente (e as suas condições de trabalho). Precisamente por a profissão estar pouco valorizada e dignificada é que milhares abandonaram a docência ainda relativamente jovens, por isso é que pouquíssimos estudantes escolhem cursos de Ensino e também por isso é que tantos colegas são vencidos pela exaustão ou saem para a reforma mesmo que muito prejudicados", refere. E vinca que as medidas do Ministério da Educação para fazer face ao problema, como a revisão das habilitações para a docência, causaram mais "desmotivação" aos professores. "Tragicamente, este Ministério da Educação não tem feito nada nesse sentido e, pior, as suas recentes medidas só atacaram ainda mais a profissão docente, nomeadamente alterando regras a meio do jogo e dando a ideia errada para toda a sociedade de que ser professor é uma profissão menor, para a qual nem é necessária formação para a docência. É como tentar apagar um fogo atirando-lhe gasolina: uma gestão de recursos humanos totalmente irresponsável", conclui.

Recorde-se que, em finais do mês de julho, a Comissão Europeia (CE) deu dois meses ao governo português para aumentar os salários dos professores a contrato, passando a ser indiferente, em termos salariais, ser dos quadros ou contratado. No nosso país, os docentes contratados ganham sempre o mesmo valor, independentemente dos anos de serviço que têm, o que levou a CE a abrir um procedimento contra Portugal e a avançar com uma queixa no Tribunal de Justiça da União Europeia caso a tutela não cumpra a exigência.

O Diário de Notícias questionou o Ministério da Educação para saber se e quando serão aplicados os aumentos salariais, mas até ao fecho desta edição não obteve resposta.

dnot@dn.pt

FOTOS: CÂMARA DE SETÚBAL E FACEBOOK ANDRÉ MARTINS

Desde maio que as descargas de resíduos não domésticos têm deixado as águas escuras e um cheiro nauseabundo.

Autarca de Setúbal denuncia "crime ambiental" na zona da Mourisca

POLUIÇÃO Descargas que vão desaguar no Sado começaram em maio. População queixa-se do mau cheiro e o presidente da junta local acusa a Agência Portuguesa do Ambiente de lentidão.

TEXTO **ANA MEIRELES**

O problema começou no final de maio, quando as águas da Vala de Brejos de Canes começaram a ficar negras e o mau cheiro invadiu as vidas de quem mora na zona. O presidente da Câmara Municipal de Setúbal, André Martins, já visitou o local por duas vezes, ontem e no dia 3, e classificou de "crime ambiental" o que está ali a acontecer, garantindo que, caso a situação não seja resolvida, a autarquia irá acionar "as medidas legais para repor a normalidade a que as pessoas que ali vivem têm direito". Em causa estão descargas de resíduos não domésticos oriundos do Centro Empresarial Sado Internacional.

"Isto é um crime ambiental que está identificado. Sabe-se quem faz as descargas mas as entidades competentes ainda não tomaram as medidas que há muito deveriam ter tomado para acabar com a situação", declarou ontem André Martins, numa ação de protesto promovida pela Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra junto ao local onde desagua a Vala de Brejos de Canes, na zona da Mourisca. Na visita de dia 3, o autarca de Setúbal já havia dado conta do "cheiro nauseabundo que desde há alguns meses incomoda e prejudica as populações daquela zona", deixando a garantia de que, "caso não sejam cumpridas as determinações da entidade competente, que neste caso é a Agência Portuguesa do Ambiente (APA)), a câmara acionará as medidas legais para repor a normalidade a que as pessoas ali vivem têm direito". Ontem lamentou que a situação se arraste desde maio, "sem que as entidades competentes tenham tomado as necessárias e urgentes medidas".

Ao DN, a APA disse ter tido conhecimento desta situação a 12 de julho, garantindo que, "com base nas diligências já efetuadas, a contaminação verificada na linha de água tem origem dentro do Centro Empresarial Sado Internacional, com descargas não pontuais, mas sim continuadas, justificando o grau de contaminação da linha de água ao longo de 1,8 km, não sendo evidente a existência de outras fontes de poluição".

André Martins e Luís Custódio (*esq.*) na visita de dia 3.

A APA adiantou ainda que já efetuou três diligências, sendo uma delas uma ação de fiscalização conjunta com o GNR/SEPNA, "tendo sido efetuada recolha de amostra dos efluentes líquidos rejeitados numa linha de água sem denominação, afluente da margem direita do rio Sado, a qual nasce no Vale de Ana Gomes e corre para sul, percorrendo a Vala do Brejo de Canes e desaguando no Esteiro do Moinho (estuário do Sado)". "Os resultados indiciam que as descargas não são de origem doméstica (pela relação CBO/CQO) e, conjugando este facto com o valor baixo de *pH* e os valores altos da condutividade, pode inferir-se que as descargas são de origem industrial e possuem uma carga orgânica bastante elevada." Foi ainda feita uma ação de fiscalização conjunta, na sequência dos pedidos de colaboração da Câmara de Setúbal e da Águas do Sado, tendo depois sido notificada a gerência do Centro Empresarial Sado Internacional para providenciar a imediata cessação das rejeições.

O presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, em declarações ao DN, também classifica de "crime ambiental" o que se está a passar, explicando que a vala em questão é de grandes dimensões. "Apanha águas que vêm da zona da Serralheira, passa pela N10, passa pelo empreendimento da Sado Internacional, e depois vai escoar na zona da Mourisca, no rio Sado."

Para Luís Custódio, a população está "arrasada" com a situação, sendo que a junta tem recebido muitas reclamações desde maio. "Quem tem responsabilidade para tomar medidas é a APA, mas parece-me que a agência está a demorar muitíssimo tempo para o fazer. Aquilo que nos dizem é que o condomínio da Sado Internacional vai ser penalizado, e deve ser penalizado, mas isso para nós, agora, é secundário."

O presidente da junta de freguesia diz que a sua primeira preocupação é pôr fim aos escoamentos, para que as pessoas voltem a ter sossego. "A minha segunda preocupação é a questão da poluição do rio Sado, pois estamos a falar em muitos meses de descargas."

Fonte do Centro Empresarial do Sado Internacional contactada pelo DN recusou-se a prestar declarações sobre este tema.

ana.meireles@dn.pt

Opinião
Fernanda Câncio

Pobres de cinco ordenados mínimos e outras paródias

Sou há muito defensora de uma limitação no aumento das rendas de habitação, pelo que a decisão do governo de impor uma taxa máxima para a atualização, com base na inflação, em 2023 me parece um pequeno passo no sentido certo. Só falta ser capaz de assumir que o valor do imobiliário, tanto no que respeita às rendas quer à compra e venda, atingiu um patamar criminoso, e que nada do que se fez até agora resultou, pelo que é necessário regulação a sério.

Regulação a sério implica ser capaz de olhar para o mercado como um todo e para a legislação até agora produzida com a intenção de unificar e racionalizar – de criar uma política com sentido e eficácia -, em vez de continuar a legislar aos bochechos e ao sabor do vento, acrescentando à confusão e iniquidade instalada.

E isso – acrescentar à confusão e à iniquidade – é exatamente o que mais esta proposta, nos termos em que ocorre, faz.

Vejamos porquê. Nas notícias sobre o limite de 2% na atualização das rendas em 2023, mencionando a compensação que o governo propõe, em sede do orçamento de Estado, na coleta do IRS ou IRC respeitante aos proprietários (compensação que será de 3,43%, correspondendo à diferença para a taxa de aumento que decorreria da inflação), surge invariavelmente uma linha discreta, sem mais comentários ou informações: "De fora deste apoio fiscal estão os contratos de arrendamento anteriores a 1990."

Porém as questões de desigualdade suscitadas a propósito desta compensação fiscal dos senhorios têm incidido quase exclusivamente numa dúvida: como poderá o Estado compensar os proprietários que celebraram contratos do programa de arrendamento acessível, e que por esse motivo não pagam IRS?

Os contratos de arrendamento acessível, recorde-se, são os celebrados, num prazo mínimo de cinco anos, por um valor que, de acordo com uma tabela publicada por cada autarquia com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística, está 20% abaixo do "praticado no mercado" – sendo os valores de mercado nacional o que se sabe. O Estado subsidia esses contratos não cobrando os 28% de imposto estabelecido para as rendas em sede de IRS.

Há, paralelamente, outros descontos de IRS em vigor para os proprietários, que não dependem do valor da renda – que é fixada livremente – mas da duração do contrato: quanto mais longo, maior o desconto na taxa de imposto, que vai até um máximo de menos 18 pontos percentuais para contratos de mais de duas décadas. Nestes não haverá problema em aplicar a compensação fiscal.

E depois há os tais contratos anteriores a 1990 aos quais esta não se aplicará. Trata-se daqueles cujo valor de renda está congelado há décadas, e que desde 2012 não podem sequer ser aumentados de acordo com a inflação.

> Se é comum dizer-se que em Portugal se legisla de mais e mal, o caos regulamentar na habitação, que aumenta a cada nova medida, é há muito uma trágica paródia sem ponta por onde se lhe pegue. Já alguém levava tanta iniquidade ao Tribunal Constitucional.

Ao contrário do que se passa com os outros exemplos de subsidiação estatal dados acima, estes contratos nunca beneficiaram de qualquer desconto no IRS ou IRC: pagam os 28% por inteiro.

Este facto é tanto mais significativo quando o valor das rendas em causa está duplamente limitado - a uma percentagem do rendimento dos inquilinos, variando proporcionalmente a esse rendimento, num máximo de 25% e num mínimo de 10%, e a uma fração do valor patrimonial (nunca pode exceder 1/15 desse valor).

Traduzindo: se o rendimento calculado (trata-se do "rendimento corrigido" segundo uma fórmula legal que conta com o número de dependentes, respetiva idade e grau de deficiência, não de rendimento bruto) do agregado que habita o fogo for inferior a 500 euros, a renda não pode ultrapassar 10% desse rendimento – por exemplo 49 euros se o rendimento for 490.

Se o rendimento calculado do inquilino ou inquilinos estiver entre 750 e 1000 euros, a renda não pode ser superior a 15% - para um rendimento de 900 euros, a renda é de 135. Já quando o rendimento está entre 1000 e 1500 euros, a renda não pode passar dos 17% - um máximo de 255 euros, portanto.

Os 25% de taxa de esforço máxima só se aplicam a rendimentos entre os 1500 e os 3525 euros – é que a lei, no que respeita a estes contratos de arrendamento anteriores a 1990, considera "insuficiência económica" um rendimento mensal corrigido até cinco ordenados mínimos.

Conclui-se pois que os proprietários com contratos de arrendamento anteriores a 1990 não só são obrigados, e há muito tempo, a praticar rendas muitíssimo abaixo do valor de mercado, sem a possibilidade de qualquer atualização, como não são minimamente compensados por esse facto – um sacrifício que a existência de compensações fiscais para outros proprietários que praticam rendas muito superiores em contratos de duração muito inferior vem tornar ainda mais iníquo.

Mas, e porque nestas coisas a tendência é para achar que os "senhorios" (palavra que em si é uma espécie de crítica) merecem todos os agravos, olhemos para a iniquidade noutra perspetiva, a dos inquilinos.

O que pode justificar que as regras de fixação de rendas e de consideração de insuficiência económica sejam mais favoráveis aos inquilinos com contratos de arrendamento anteriores a 1990 que o previsto nos contratos de habitação social pública?

Como se explica que para impor a proprietários privados o sacrifício da rendibilidade a que podiam legitimamente aspirar, em nome da proteção dos inquilinos, o Estado seja menos exigente que quando se trata de avaliar candidatos a arrendamento que beneficiam de apoio de verbas públicas?

Atente-se por exemplo ao regulamento relativo às habitações disponibilizadas em programas do município de Lisboa. Aí, a taxa de esforço máxima indicada é 30% (no programa de arrendamento acessível é ainda mais alta: 35% do rendimento bruto do agregado). E no caso de uma pessoa só, o valor do rendimento, tanto no caso da habitação social (em que é corrigido) como do arrendamento acessível, não pode ultrapassar 35 mil euros anuais - o que, obviamente, está muito abaixo de um rendimento corrigido de cinco ordenados mínimos, o qual é de 42300 euros.

Não faço ideia se estas desigualdades de tratamento – as existentes entre proprietários no que respeita a tratamento fiscal e à liberdade contratual, e as existentes entre inquilinos ou candidatos a inquilinos em termos de proteção social – são inconstitucionais (pena o Tribunal Constitucional nunca ter tido a oportunidade de as avaliar). Racionais, justas e dignas de maiorias de esquerda não são de certeza.

Jornalista

O famoso questionário Proust respondido pelo estilista Nuno Gama

"Feito militar que mais admiro? Globalização dos Descobrimentos portugueses"

A sua virtude preferida?
Transformar as adversidades em oportunidades.

A qualidade que mais aprecia num homem?
A sua beleza interior.

A qualidade que mais aprecia numa mulher?
A sua beleza interior.

O que aprecia mais nos seus amigos?
Autenticidade.

O seu principal defeito?
Ingenuidade, timidez.

A sua ocupação preferida?
Viver.

Qual é a sua ideia de "felicidade perfeita"?
O nascimento de uma criança.

Um desgosto?
A deceção

O que é que gostaria de ser?
Uma marca portuguesa no mundo.

Em que país gostaria de viver?
Num Portugal melhor.

A cor preferida?
O branco, como junção de todas as cores.

A flor de que gosta?
Rosas albardeiras.

O pássaro que prefere?
Fénix.

O autor preferido em prosa?
Saramago.

Poetas preferidos?
Fernando Pessoa, Sebastião da Gama.

DR

O seu herói da ficção?
Corto Maltese.

Heroínas favoritas na ficção?
As grandes heroínas da minha vida são a avó Bina (tortas de Azeitão) e minha mãe, porque me desafiaram não só a sonhar como a realizar os meus sonhos. O que sou é daí que vem: gratidão.

Os heróis da vida real?
Ucranianos que defendem o seu país.

As heroínas históricas?
Greta Thunberg.

Os pintores preferidos?
Almada Negreiros

Compositores preferidos?
João Domingos Bomtempo.

Os seus nomes preferidos?
Todos os que dão origem a pessoas bonitas.

O que detesta acima de tudo?
Hipocrisia.

A personagem histórica que mais despreza?
Estaline.

O feito militar que mais admira?
Globalização dos Descobrimentos portugueses.

O dom da natureza que gostaria de ter?
Ser um bom ser humano.

Como gostaria de morrer?
Completo e em paz.

Estado de espírito atual?
Feliz.

Os erros que lhe inspiram maior indulgência?
Justiça.

A sua divisa?
Dar o meu melhor em tudo o que faço.

Pacote anticrise atira 4 mil milhões de despesa para as contas de 2023

ORÇAMENTO Aumento médio das pensões e atualização regular das prestações sociais são as medidas com maior impacto: vão pesar 1427 milhões de euros no próximo ano.

TEXTO **SALOMÉ PINTO**

Quase quatro mil milhões de euros de despesa vão transitar para o Orçamento do Estado (OE) para 2023, muito por força do novo pacote de medidas para ajudar as famílias a suportar os efeitos da inflação. Segundo o Quadro das Políticas Invariantes para 2023, que o Ministério das Finanças enviou à Assembleia da República, o governo estima que "o impacto total de agravamento do saldo orçamental em 2023" seja "superior a 3900 milhões de euros", quase o dobro da previsão do ano passado (2053 milhões de euros).

O documento, "que incorpora autorizações de receita e despesa com impacto para o próximo ano", mostra que dos quase quatro mil milhões que passam para o próximo ano cerca de dois quintos, isto é, 1427 milhões de euros, dizem respeito a pensões da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações. A atualização regular das prestações, que entretanto foi alterada por proposta do governo, custa 1155 milhões de euros, e o aumento da pensão média e a variação de pensionistas pesam 272 milhões.

EPA/MARTIN DIVISEK

Fernando Medina, ministro das Finanças, remete para 2023 uma despesa com o pessoal de 553,9 milhões.

Proposta vai ao Parlamento na próxima sexta-feira

No que diz respeito à mudança na fórmula da atualização automática das reformas, o documento recorda que já enviou ao Parlamento a proposta de alteração para 2023. Assim, até 886 euros, o aumento, que seria de 8%, baixa para 4,43%; entre 886 e 2659 euros, a subida prevista de 7,64% passa para 4,07%, e, entre 2659 euros e 5318 euros, a atualização, que seria de 7,1%, desce para 3,53%.

A proposta do governo vai ser debatida no Parlamento já esta sexta-feira, dia 16 de setembro, a partir das 10 horas, podendo ser votada no próprio dia. A aprovação está garantida com a maioria absoluta do PS. Recorde-se que os cortes nas percentagens da atualização são uma contrapartida ao bónus de mais pensão que será atribuído em outubro a todos os reformados com prestações até 5318 euros mensais.

Os juros devidos pelas Administrações Públicas, com um impacto de 591 milhões de euros, é a segunda rubrica que mais vai pesar no OE 2023. Esta despesa "refere-se aos juros da dívida pública e aos custos financeiros da dívida financeira das empresas públicas reclassificadas, bem como aos juros devidos pelos restantes subsetores das Administrações Públicas", esclarece o Ministério das Finanças.

As despesas com pessoal, que englobam os efeitos das promoções e progressões, contratações em curso e o aumento esperado do salário mínimo na Função Pública, vão custar 553,9 milhões de euros. É o terceiro setor que mais vai agravar o OE do próximo ano.

Os "consumos intermédios" deverão impactar negativamente o próximo OE em 550 milhões de euros. Estes custos correspondem a "despesa estrutural, em particular relacionada com a saúde, e os gastos operacionais das diversas entidades, incluindo o aumento expectável de encargos motivados pelo aumento dos preços dos bens e serviços, nomeadamente energéticos", de acordo com o Quadro de Políticas Invariantes para 2023.

O custo com "investimentos estruturantes" deverá atingir os 457,2 milhões de euros. Esta rubrica "agrega os investimentos plurianuais estruturantes, em contratação ou em execução, com forte impacto orçamental no ano de 2023, cujo valor total seja superior a 0,01% da despesa das Administrações Públicas", refere o relatório do governo. Esta despesa não inclui as empresas públicas fora do universo das Administrações Públicas nem os investimentos estruturantes incluídos no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), exclusivamente financiados por fundos europeus.

> Os juros devidos pelas Administrações Públicas (juros com a dívida pública, por exemplo), com um impacto de 591 milhões de euros, é a segunda rubrica que mais vai pesar no OE 2023.

Abono de família com menor custo

Entre as rubricas com menor impacto destaque para o reforço e alargamento dos escalões do abono de família, que deverão custar 13,1 milhões de euros; a Lei da Programação Militar, com 20 milhões de despesa, e a gratuitidade das creches para o ano letivo de 2022/2023, com um custo de 40 milhões de euros.

De salientar que a redução do IVA da eletricidade de 23% para a taxa mínima de 6% nos primeiros 100 kWh de consumo (ou até 150 kWh para famílias numerosas) para uma potência contratada de 6,9 kVA terá um custo de apenas 67,5 milhões de euros em 2023.

O Quadro de Políticas Invariantes chega com mais de uma semana de atraso. O documento deveria ter sido entregue ao Parlamento até 31 de agosto. Na altura, o ministro das Finanças, Fernando Medina, enviou uma nota aos deputados da Comissão de Orçamento e Finanças a solicitar que o prazo fosse alargado, de modo a acomodar o pacote de apoios dirigido às famílias para mitigar os efeitos da inflação, anunciado na segunda-feira, dia 5 de setembro.

salome.pinto@dinheirovivo.pt

Airbus quer duplicar negócio em Santo Tirso

A Airbus Atlantic vai inaugurar, na próxima quarta-feira, uma nova fábrica em Santo Tirso. A abertura do novo espaço marca a estreia no negócio de produção em Portugal, onde serão desenvolvidas peças para os modelos A320 e A350 dos aviões da Airbus, que irão servir cerca de 50 clientes, maioritariamente transportadoras aéreas da Europa, Ásia-Pacífico e Médio Oriente.

As instalações da gigante da aeronáutica, que começaram a ser construídas em 2020, irão ocupar uma área total de 20 mil metros quadrados e empregam já 130 pessoas. A empresa quer contratar mais 50 profissionais até dezembro e, nos próximos anos, criar mais 250 postos de trabalho. Este é apenas o primeiro passo da Airbus Atlantic em Portugal, que investiu cerca de 40 milhões de euros para dar o pontapé de saída.

O objetivo é aumentar o peso da operação duplicando não só o tamanho das infraestruturas mas também o número de trabalhadores. Para já, a nova fábrica ocupa apenas metade da área total disponível e o futuro da expansão do negócio será afinado no decorrer do próximo ano, com metas ambiciosas. O CEO da empresa, Cédric Gautier, assegura o interesse em continuar a investir no Norte do país, e em Santo Tirso em particular. O responsável elogia ainda "o dinamismo do país e da região de Santo Tirso, a qualificação dos profissionais e as boas acessibilidades do país", motivos que convenceram a empresa a expandir o seu portefólio para terras lusas em 2019. O responsável destaca também os "baixos custos laborais" de Portugal, face a outros países concorrentes.

A aposta em Portugal vem reforçar o negócio da fabricante, que conta com uma presença industrial global em três continentes e em cinco países.

RUTE SIMÃO
rute.simao@dinheirovivo.pt

Menos de metade dos lisboetas participaram crimes de que foram vítimas

SEGURANÇA O estudo à vitimação apresentado pela CML revela um contraste flagrante: a esmagadora maioria dos lisboetas sente-se segura na cidade e confia no trabalho da PSP e da Polícia Municipal, mas, apesar de ter melhorado, ainda mais de metade das pessoas não participa crimes de que são vítimas. 70% acusaram a "falta de policiamento".

TEXTO **VALENTINA MARCELINO**

Apenas 40% das pessoas que foram vítimas de crimes em Lisboa participaram à polícia. Destas vítimas, 40% revelaram sentimento de insegurança na rua e 70% acusaram a "falta de policiamento" na área de residência.

Estas são algumas das conclusões de um estudo sobre "O sentimento de insegurança e vitimação em Lisboa", desenvolvido pelo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova, cujo resumo foi ontem apresentado pela sua autora, Maria do Rosário Jorge, na Câmara Municipal de Lisboa (CML), a assinalar os 131 anos da Polícia Municipal de Lisboa (PML).

Este estudo, que teve por base um inquérito realizado a 2100 residentes na cidade em 2021, relativo a factos ocorridos em 2019 (período pré-pandemia), pretendeu "analisar os fenómenos que afetam os sentimentos de segurança dos residentes na cidade de Lisboa, independentemente de terem sido participadas às autoridades".

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna, em 2019 foram registados 35.115 crimes no concelho de Lisboa

ANDRÉ LUÍS ALVES/GLOBAL IMAGENS

Em 2019, apenas 7% dos moradores de Lisboa foram vítimas de crime. Em 2000 eram 18%.

Cifras negras por clarificar

No entanto, não foi facultado aos jornalistas o estudo completo que permitisse uma avaliação mais aprofundada das chamadas "cifras negras" – os crimes não reportados e a respetiva correlação com os que são registados pelas autoridades.

Essa clarificação é, aliás, o mais importante elemento dos inquéritos de vitimação, registar a relação entre a criminalidade participada às forças de segurança e a "criminalidade real", tida como "ferramenta imprescindível para a tomada de decisões mais eficazes no domínio da segurança", como foi explicado no Inquérito Nacional à Vitimação (INV) realizado pelo governo em 2008/2009.

Ou seja, esta taxa de participação pode indiciar que as cifras negras são significativas na capital do país, e isso influencia as estratégias de segurança, como a reorganização do dispositivo da PSP em Lisboa, que, tal como o DN já noticiou, está por executar há pelo menos oito anos.

O único *slide* que foi mostrado sobre a participação dos crimes indica, ainda assim, alguma melhoria, quando comparada com 2000 (cujo estudo completo também não é conhecido).

Uma análise do Gabinete de Estudos do Ministério da Justiça de 1994, quando 72% das pessoas em Lisboa não denunciavam os crimes de que era alvo, 43% argumentavam que "a polícia não podia fazer nada", 34% que "a polícia não se iria interessar", 32% "não quiseram dar publicidade ao caso" e 17% "tiveram medo de represálias".

"Como se vê, a representação das autoridades foi vincadamente negativa, quer quanto à sua capacidade, quer quanto ao seu interesse. Provavelmente, esta perceção corresponde a modos de pensar e de sentir sedimentados, enraizados na história e reveladores de um grande distanciamento entre os cidadãos e a Administração. Quaisquer que sejam as interpretações possíveis deste facto, a constatação de que mais de sete em cada dez vítimas não participaram os crimes é um dado empírico de grande relevância para a análise do funcionamento do sistema de justiça criminal", concluíam os autores deste inquérito.

Fica por saber que interpretação foi dada no atual estudo da Universidade Nova à também baixa percentagem de pessoas que disseram ter participado os crimes.

Maioria sente-se segura e confia na PSP e na PML

No entanto, a ainda reduzida taxa de participação dos crimes revelada no trabalho apresentado na CML acaba por ser contrastante com outros resultados: 80% dos inquiridos sentem-se seguros ou muito seguros em Lisboa e 82,5% sentem-se da mesma forma no seu bairro. Apenas 1,4% se sentem inseguros em Lisboa e 1,6% na sua área de residência.

O desempenho e a confiança nas polícias que atuam em Lisboa, a PSP e a PML, foram enaltecidos: 80% dos inquiridos dizem ter confiança da PSP (mais 10% que em 2000) e 69% têm confiança na PML (eram 78% em 2000).

A comparação de 20 anos de vitimação (2000-2019) mostra uma melhoria significativa. Enquanto em 2000 quase 18% dos inquiridos tinham sido alvos de crime, em 2019 foram 7%.

Nas justificações para a insegurança na sua área residência, a mais apontada foi o "pouco policiamento" (70,3%), zona com "muita droga" (44,3%)e haver "muitos delinquentes" (30,8%).

O vandalismo no automóvel (28%), o roubo de motociclos ou bicicletas (11,7%), o roubo de objetos ou peças de automóvel (10,7%), agressão ou outra ameaça (8,8%) e o crime informático (8%) foram as cinco situações mais indicadas de vitimação em Lisboa.

A satisfação com a atuação da polícia evoluiu positivamente. Nos crimes contra as pessoas, há 20 anos mais de 60% estavam insatisfeitos e em 2000 são menos de 40%.

Falta de efetivos "muito preocupante"

Na cerimónia de apresentação deste estudo, o comandante da PML, superintendente Paulo Caldas, sublinhou que, apesar de ter viaturas, boas instalações e tecnologia ao seu dispor, "o que condiciona o trabalho da Polícia Municipal de Lisboa é a falta de efetivos".

De acordo com este oficial superior da PSP ao comando da PML, "em 2018 havia 588 agentes, o seu número máximo alcançado, enquanto ao dia de hoje esse número é de 452". "É muito preocupante", sublinhou Paulo Caldas, "precisamos de mais polícias para reforçar a fiscalização do trânsito na cidade, para fiscalizar estabelecimentos, obras, o ruído".

O presidente, Carlos Moedas, corroborou o apelo de Paulo Caldas e lembrou uma das constatações do estudo apresentado, segunda a qual a "perceção de pouco policiamento nas ruas" era o fator mais indicado pelos inquiridos para explicar o seu sentimento de insegurança.

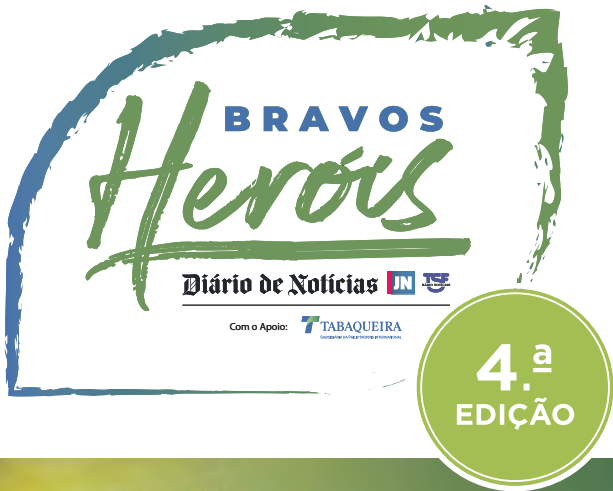
"Isto dá que pensar", afiançou Moedas, "pois, apesar da grande confiança que têm nas nossas polícias, há essa perceção de que o policiamento não é suficiente".

O presidente da autarquia lançou um desafio à PML e à PSP: "Quero ver-vos mais na rua, estejam ao lado das pessoas, sei que as pessoas têm confiança no vosso trabalho, mas têm de estar ainda mais visíveis."

A finalizar, dirigiu-se à secretária de Estado da Administração Interna, Isabel Oneto, presente na cerimónia: "Reforço o que já disse o comandante da PML. É essencial mais efetivos na Polícia Municipal e na PSP. Temos de valorizar mais a profissão e torná-la mais atrativa. Da minha parte tudo farei, começando pelas instalações." Recorde-se que em junho passado o presidente da Câmara Municipal de Lisboa veio exigir do governo uma maior visibilidade de policiamento, na sequência de alguns casos de violência na noite lisboeta.

valentina.marcelino@dn.pt

PUBLICIDADE

NEM TODOS OS HERÓIS
PRECISAM DE UMA CAPA
**PARA SALVAR
O MUNDO**

Na 4.ª temporada de **Bravos Heróis**, o **Diário de Notícias**, o **Jornal de Notícias** e a **TSF**, em parceria com a **Tabaqueira**, dão voz àqueles que diariamente pensam a sustentabilidade em todas as suas dimensões por um Portugal mais verde, sustentável e livre de fumo.

SUSTENTABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL, ECONÓMICA E INOVAÇÃO,
quatro temas abordados através de vídeos e reportagens multimédia que pode acompanhar em:

bravosherois.tsf.pt

SAIBA MAIS AQUI

Apoios:

Escócia diz adeus à rainha. Irá agora questionar a monarquia?

REINO UNIDO O caixão de Isabel II ficou esta noite em câmara ardente em Edimburgo e segue hoje à tarde para Londres. Escoceses querem novo referendo à independência e isso pode abrir a porta à república.

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

O cortejo fúnebre a subir a Royal MIle, em Edimburgo, com os filhos de Isabel II a seguir atrás do caixão.

Os escoceses encheram ontem a famosa Royal Mile, em Edimburgo, para ver passar quase em silêncio o carro com o caixão da rainha Isabel II e depois fizeram fila para lhe prestar uma última homenagem durante a vigília na catedral de Santo Egídio. Mas se no momento do adeus parecem unidos em torno da falecida monarca, a dúvida é saber o que o futuro trará para o rei Carlos III e para a monarquia na Escócia, que insiste em querer ser independente do Reino Unido. Uma eventual independência não significa necessariamente o fim da monarquia, mas poderá abrir as portas à república.

Na véspera, quando o novo monarca era proclamado, um pequeno grupo de manifestantes optou por vaiar Carlos III. "Outra Escócia é possível", dizia uma *t-shirt*, "República Agora", lia-se num cartaz. "Que se lixe o imperialismo. Abulam a monarquia", dizia outro, tendo uma mulher sido detida e acusada de perturbar a paz. Também frente ao Parlamento britânico, onde o novo monarca fez ontem o seu primeiro discurso diante das duas câmaras (dos Lordes e dos Comuns), houve uma pessoa detida por um cartaz onde se lia "não é o meu rei". Protestos pequenos que podem repetir-se nos próximos dias, quando Carlos III viajar até à Irlanda do Norte e ao País de Gales.

Em maio de 2021, uma sondagem do *think tank* British Futures revelou que só 45% dos eleitores escoceses queriam manter a monarquia (em todo o Reino Unido a percentagem é de 60%), sendo que 36% acreditavam que o final do reinado de Isabel II seria o momento certo para passar a república. A rainha tinha fortes ligações à Escócia (a mãe era escocesa e ela passava os verões em Balmoral, o local onde dizia ser "mais feliz" e onde morreu na semana passada), mas o filho e herdeiro é menos popular.

A morte da monarca surge numa altura em que o Partido Nacionalista Escocês (SNP, na sigla em inglês) está a tentar um novo referendo sobre a independência. A ideia do SNP é manter a monarquia mesmo se conseguir essa independência, mas há quem defenda que os eleitores têm também o direito de escolher se querem manter o sistema atual ou ser uma república.

Em 2014, 55% dos eleitores escoceses rejeitaram a independência num referendo que foi apontado como uma oportunidade única numa geração – e onde alguns alegaram que a rainha quebrou a sua neutralidade, pedindo aos escoceses que "pensassem bem" antes de votar. Contudo, o SNP (que tem a maioria no Parlamento escocês) considera que o referendo do Brexit em 2016 alterou profundamente o cenário político e económico – os escoceses votaram para ficar na União Europeia – e que tem que haver uma nova consulta.

A chefe do governo escocês, Nicola Sturgeon, tem planos para realizar o novo referendo em outubro de 2023. Contudo, o governo britânico tem que dar luz verde e a nova primeira-ministra britânica, Liz Truss, tal como o antecessor Boris Johnson, é contra. Sturgeon recorreu aos tribunais para saber se tem o poder para convocar ou não a consulta sem o apoio de Londres, devendo o caso ser ouvido a partir do próximo mês pelo Supremo Tribunal do Reino Unido.

Ontem, numa cerimónia homenagem no Parlamento escocês, Sturgeon lembrou a ligação de Isabel II com a Escócia e as histórias pessoais, desde quando a viu pela primeira vez, com apenas nove anos, até aos serões em Balmoral. Em relação a Carlos III, afirmou: "Majestade, estamos preparados para o apoiar enquanto continua a sua própria vida de serviço e constrói sob o extraordinário legado da sua mãe."

Por seu lado o rei lembrou que a mãe jurou servir o país e manter os princípios do governo constitucional, reiterando a mesma promessa. "Assumo os meus novos deveres com a gratidão por tudo o que a Escócia me deu, com determinação para procurar sempre o bem-estar do nosso país e do povo, e com total confiança na vossa boa vontade e bons conselhos enquanto avançamos juntos nesta tarefa", disse no Parlamento escocês. Uma mensagem semelhante tinha passado de manhã, no Parlamento britânico, dizendo sentir o "peso da história" e prometendo seguir o "exemplo de dever altruísta" da mãe.

susana.f.salvador@dn.pt

JANE BARLOW / POOL / AFP

O rei Carlos III, junto com os irmãos, em torno do caixão de Isabel II, em Edimburgo.

EPA/TOLGA AKMEN

No "Little Portugal", a maior perda continua a ser o Brexit

REINO UNIDO Trabalhadores portugueses sentem a perda da rainha, mas pouco. Real dor de cabeça é o aumento brutal de preços e os entraves à imigração.

TEXTO **RITA SALCEDAS**, EM LONDRES

Se um galheteiro com azeite e vinagre sobre as mesas não anunciasse logo ao que vêm os clientes, o peixe assado com batata cozida e a espetada com lulas e camarões grelhados que saem da cozinha deitariam por terra qualquer dúvida. Ícone da gastronomia portuguesa em Londres, há mais de 20 anos que o "Cantinho de Portugal" dá tempero luso a quem chega. "Vêm sobretudo portugueses, mas ingleses também. Eles cá não sabem o que é sal", orgulha-se Carla Ribeiro, gerente do restaurante, que fica numa zona do sul de Londres à qual a forte presença de comunidades portuguesas dá o nome de "Little Portugal" ("Pequeno Portugal"). A viver em Inglaterra há 34 anos, quase tantos como tem de vida, desde os tempos da escola que Carla se habituou à presença constante de Isabel II, daí que a perda lhe custe "um bocadinho". Mas custar à séria só o Brexit.

"O país está a mudar drasticamente, está a ser um choque. A comunidade inglesa está também contra, porque o que foi prometido não está a acontecer. Na hotelaria, temos dificuldade acrescida em arranjar pessoas. A monarquia devia intervir na política e nos entraves à imigração", diz. Ao lado, uma cliente habitual, também imigrante, ri-se com descrença. A família real não é propriamente conhecida por ser a mais calorosa com quem não é nascido no reino, explica, mas a conversa fica por aí porque mexe com feridas ainda abertas.

Novo rei

Na Wilcox Road, uma das mais ruas portuguesas de todo o país, onde há negócios nortenhos, sulistas e madeirenses, Óscar Carvalho, dono da "Ourivesaria Portugal", também duvida que a chegada do novo rei, embora mais expansivo do que a mãe na defesa do acolhimento de imigrantes, vá agitar as águas. "A monarquia é um símbolo, não tem influência nas decisões políticas, por isso não acho que vá ter grande impacto no futuro", diz o algarvio, em Londres desde 2005, que, desde a burocracia excessiva ao "aumento drástico dos custos", só vê efeitos negativos no Brexit. No café mesmo ao lado, onde o matutino da TVI no televisor e os compais de pêssego no frigorífico apontam a bússola para terras lusitanas, Martim, funcionário do "Madeira Próspero", tem o mesmo discurso: a mudança de cara do Estado não deve mudar nada, a do Governo menos ainda e a saída da União Europeia não trouxe nada de bom.

A opinião é unânime até ao fim da rua: à porta do "Rose Deli" – o nome não é o mais típico, mas uma escultura da Nossa Senhora de Fátima e os rissóis e chouriços na montra do balcão não enganam sobre a origem –, a proprietária, Rosário, diz que os entraves ao recrutamento de pessoal estrangeiro e o aumento de preços e das taxas de produtos importados têm minado o negócio.

Carlos, marido da dona e funcionário do restaurante-café-mercearia – bem à moda portuguesa –, sabe das dificuldades mas não se queixa: "Sempre vivi bem aqui e sempre fui bem tratado." Talvez por isso nem hesite em ir ao velório público da rainha, mesmo sabendo que vai ser um vê-se-te-avias. "Vão ser milhares. Quando cá cheguei a Inglaterra, morreu a princesa Diana. Nunca na vida vi tanta gente a chorar. Só em Alvalade."

rita.salcedas@jn.pt

Português condecorado pela rainha

Também na Wilcox Road, o brigantino Pedro Xavier tem um escritório onde faz consultoria e serviços de contabilidade. Mas foi o trabalho que desenvolve junto da polícia londrina para a proteção da família real, que lhe valeu, há alguns anos, uma condecoração da rainha no Palácio de Buckingham. "A morte de Isabel II tem um simbolismo grande. Tive o privilégio de estar com ela várias vezes e de receber uma medalha", conta. À antiga monarca, só tem por isso a agradecer e, ao novo rei, só deseja que os fantasmas de polémicas antigas não regressem, para que possa exercer o reinado com a diplomacia e a contenção exigidas, não abandonando a intervenção política que o caracterizou como príncipe. De resto, numa altura de transição política profunda que o país está a atravessar, Pedro não espera alterações à linha que tem vindo a ser seguida, nem através do novo chefe de Estado, nem através da nova chefe de Governo, que dará apenas "continuidade ao que o Partido Conservador tem vindo a fazer".

"O Brexit veio piorar a nossa vida a todos os níveis, tanto a nível profissional como pessoal, desde os preços até às filas para tudo".

Óscar Carvalho
Ourivesaria Portugal

"Não conseguimos contratar imigrantes porque é preciso uma série de requisitos que o setor da hotelaria não tem capacidade de cumprir. A monarquia devia intervir".

Carla Ribeiro
Restaurante Cantinho de Portugal

"Não conseguimos contratar imigrantes porque é preciso uma série de requisitos que o setor da hotelaria não tem capacidade de cumprir. A monarquia devia intervir".

Rosário
Café restaurante Rose Deli

AGENDA

HOJE
O caixão de Isabel II fará a viagem para Londres, onde será colocado no Palácio de Buckingham. A única filha da monarca, a princesa Ana, acompanhará a mãe. Enquanto isso, o rei Carlos III irá até Belfast com a rainha consorte Camilla, onde haverá uma cerimónia de condolências no Parlamento regional da Irlanda do Norte, antes de assistir à missa na Catedral de Santa Ana e regressar a Londres.

AMANHÃ
O rei lidera a procissão que levará o caixão de Isabel II desde o Palácio de Buckingham até Westminster Hall, onde haverá uma nova vigília. O arcebispo de Cantuária, Justin Welby, dirá uma oração. A rainha ficará em câmara-ardente neste local até ao dia do funeral de Estado, na segunda-feira, dia 19 de setembro, sendo esperadas multidões para prestar uma última homenagem.

SEXTA-FEIRA
Carlos III e Camilla concluem a viagem pelos quatros países que formam o Reino Unido com uma ida até Cardiff, no País de Gales, para uma cerimónia no Parlamento local e uma oração na Catedral de Llandaff.

O "Pequeno Portugal" é um bairro situado no sul de Londres onde se pode encontrar de tudo um pouco para matar saudades.

Ucrânia reclama avanços, mas Rússia diz que vai continuar até os objetivos serem alcançados

GUERRA Kremlin admite retirada para "reagrupar" tropas em Kharkiv, onde forças de Kiev estão a recuperar controlo.

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

O Kremlin admitiu ontem uma retirada da região de Kharkiv para "reagrupar as forças russas na Ucrânia, mas prometeu seguir com a ação iniciada a 24 de fevereiro. "A operação militar especial continua e vai continuar até os objetivos que foram inicialmente estabelecidos terem sido alcançados", disse o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov. Isto numa altura em que Kiev afirma estar a recuperar ainda mais terreno, não só no Nordeste, mas também no Sul da Ucrânia.

O presidente russo, Vladimir Putin, surgiu em público numa reunião sobre questões económicas, mantendo, contudo, o silêncio sobre o revés militar no Nordeste da Ucrânia. "A Rússia está a lidar com confiança com a pressão externa e a agressão financeira e tecnológica de alguns países", afirmou, alegando que "as táticas de *Blitzkrieg* económico, o ataque com o qual contavam, não funcionaram". Isto numa altura em que a própria televisão russa falou na "semana mais difícil até agora", com "tropas forçadas a deixar cidades que tinham libertado" – isto é, conquistado meses antes –, e algumas críticas nas redes sociais à liderança militar.

"A Ucrânia virou a maré a seu favor, mas a atual contraofensiva não vai terminar a guerra", indicou no Twitter o Instituto para o Estudo da Guerra, um *think tank* dos EUA. "Os rápidos sucessos ucranianos têm implicações significativas para o desenho operacional geral da Rússia. A maioria das forças na Ucrânia está provavelmente a ser forçada a dar prioridade a ações defensivas de emergência", indicaram, por seu lado, os serviços de informação militares britânicos, acrescentando que "a já limitada confiança que as tropas destacadas têm na liderança militar sénior da Rússia provavelmente irá deteriorar-se ainda mais".

Depois de semanas em que se pensava que a contraofensiva ucraniana iria acontecer na região sul, em Kherson, Kiev surpreendeu ao recuperar território no Nordeste, na região de Kharkiv, apanhando os russos de surpresa. Depois de reconquistarem a cidade de Izyum no fim de semana, as forças ucranianas indicaram ontem ter recuperado o controlo de mais 20 localidades em apenas 24 horas, chegando em algumas zonas à fronteira com a Rússia. Em certas áreas fala-se em cenários semelhantes à retirada russa de Bucha, onde as tropas de Moscovo são acusadas de ter feito um massacre.

Em retaliação pelos avanços ucranianos, os russos voltaram a bombardear as infraestruturas de Kharkiv – os funcionários tinham já conseguido recuperar 80% do fornecimento elétrico. "O objetivo é privar as pessoas de luz e aquecimento", disse o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, nas redes sociais no domingo à noite, explicando que não foram atacados alvos militares. Apelidou os responsáveis de "terroristas".

Os avanços no Nordeste não significam recuos a Sul. Segundo as autoridades locais, foram reconquistados 500 quilómetros quadrados em duas semanas e mortos pelo menos 1800 militares russos. Um avanço rejeitado pelas autoridades pró-Moscovo da região. "Não se cedeu nem um metro, nem um centímetro, de território", alegou à televisão russa o número dois da administração de Kherson, Kirill Stremousov.

susana.f.salvador@dn.pt

EPA/SERGEY KOZLOV

Um homem passa junto a edifícios destruídos em Kharkiv.

Opinião
João Melo

Do bicentário do Brasil e da tentativa de apagar a presença de África nas Américas

O tratamento mediático *mainstream* tanto no Brasil como em Portugal, seu antigo colonizador, do bicentenário da independência do maior país da América Latina foi, de um modo geral, uma demonstração de uma irrefutável verdade histórica: as elites ocidentalizadas (o adjetivo é político-cultural) globalmente hegemónicas são profundamente racistas e eurocêntricas. Não nos deve espantar, pois, que ajam como se a importância de África e dos africanos para a construção do mundo moderno fosse inexistente.

Não me refiro ao pedido das autoridades brasileiras para que Portugal enviasse, a título de "empréstimo" (?), o coração de D. Pedro II para, supostamente, ser venerado pelos brasileiros (será que eles, a braços com uma profunda crise civilizacional instaurada pelo bolsonarismo e às vésperas de uma eleição decisiva, que pode interrompe-la ou mantê-la, o fizeram mesmo?). De igual modo, não comentarei os vários textos que li na imprensa portuguesa enaltecendo, com um saudosismo bacoco, a "obra" do Portugal colonial no Brasil.

A questão de fundo é a omissão deliberada do seguinte facto crucial: o papel determinante do trabalho de milhões de africanos escravizados na construção do Brasil, dos quais, lembro, cerca de 80% eram provenientes de Angola. De igual modo, é impossível deixar de mencionar os milhões de cadáveres dos povos originários locais e dos africanos levados à força para o território brasileiro. A "obra" colonial de Portugal no Brasil – assente, diga-se, numa invenção criada pelos portugueses em São Tomé e Príncipe e que se espalharia pelo mundo de então, nomeadamente nas Américas, a "tecnologia da plantação" – é, pois, tributária do sangue de todos esses homens.

O facto é que, pesem embora as deliberadas e estruturais (o que é a mesma coisa) políticas de destruição dos brasileiros de origem negro-africana, os mesmos continuam a ser até hoje a maioria demográfica do país. Além do seu contributo económico à construção do Brasil, o seu papel para a formulação da cultura e da identidade brasileiras é absolutamente incontornável. As principais marcas do Brasil ainda hoje são negras: o samba, o Carnaval e Pelé. Além disso, e graças principalmente ao trabalho das novas gerações de intelectuais afro-brasileiros surgidos como resultado das políticas públicas dos governos Lula, começam a ser resgatadas as contribuições de várias outras figuras negras para a própria independência, bem como para a construção do Brasil, em diferentes áreas.

> **A questão de fundo é a omissão deliberada do seguinte facto crucial: o papel determinante do trabalho de milhões de africanos escravizados na construção do Brasil, dos quais, lembro, cerca de 80% eram provenientes de Angola.**

Essas contribuições foram liminarmente ignoradas, de um modo geral, quer nas comemorações oficiais do bicentenário do Brasil, quer nas repercussões do assunto na imprensa dominante, no país e fora dele. Por isso o jornalista, escritor e produtor cultural Tom Farias recordou, em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*, que a ideia de comemorar os 200 anos de vida do Brasil como país independente "não se coaduna com a ideia de liberdade de homens e mulheres negros e negras – de ontem e de hoje". O título do artigo antecipa o seu conteúdo: "Uma independência sem negros não vale a pena".

A maka é que as elites historicamente hegemónicas em todos os países da América Latina são descendentes dos antigos colonizadores portugueses e espanhóis, sendo responsáveis pela reprodução, após as respetivas independências, não apenas da ideologia, mas igualmente das mesmas estruturas de dominação herdadas do passado. Lembro-me, a propósito, de um conhecido meu colombiano a quem um dia perguntei pela situação dos negros no seu país, ao que ele me respondeu que na Colômbia não havia negros. Confesso que, por instantes, fiquei sem saber como reagir, tendo sido acometido de sentimentos contraditórios.

A verdade é que a contribuição negro-africana para a constituição de novas nações no continente americano e no Caribe, para a consolidação e universalização do capitalismo e para a edificação da modernidade, não carece de demonstração. Apenas de honestidade para reconhecê-lo e valorizá-lo devidamente.

Escritor e jornalista angolano. Diretor da revista África 21.

PUBLICIDADE

necrologia

Servilusa 800 204 222

MARIA DOS ANJOS DA SILVA

FALECEU

A Família participa o seu falecimento. O velório irá realizar-se hoje, 3.ª-feira entre as 17.30 e as 21 horas na Igreja da Divina Misericórdia das Patameiras em Odivelas. Terá celebração religiosa amanhã, 4.ª-feira pelas 12 horas, seguindo-se o funeral para o cemitério de Moita do Norte - Vila Nova da Barquinha.

AGÊNCIA FUNERÁRIA MAGNO - PAREDE

Servilusa 800 204 222

Doutora LÍDIA DA CRUZ SILVA

FALECEU

Sua família participa o seu falecimento e que o seu corpo se encontrará em câmara-ardente amanhã, dia 14, a partir das 13.00 horas na Igreja do Campo Grande. A cerimónia religiosa terá inicio às 15.00 horas realizando-se o funeral às 15.15 horas para o crematório dos Olivais.

AGÊNCIA FUNERÁRIA MATIAS - MOSCAVIDE

avisos, tribunais e conservatórias

AVISO

No âmbito do processo n.º 8000/20.8T8SNT.L1, intentado pelo Ministério Público contra a Tk Elevadores Portugal Unipessoal Limitada, o Tribunal da Relação de Lisboa, 7.º Secção proferiu, a 21 de junho de 2022, Acórdão com o seguinte dispositivo:

"a) Declaro nulas as seguintes cláusulas contratuais gerais:

- Cláusula 5.2 do contrato de manutenção simples elevador(es), nos contratos de duração inferior a três anos celebrados com consumidores finais, com a seguinte redacção: O presente contrato considerar-se-á tácita e sucessivamente prorrogado, por períodos iguais, quando não ocorra a denúncia, efectuada por qualquer dos contraentes, através de carta registada com aviso de recepção e com a antecedência de 90 (noventa) dias em relação ao seu termo.
- Cláusula 5.3 do contrato de manutenção simples elevador(es)- Documento n.º 2, com a seguinte redacção: Em caso de cessação sem justa causa, com efeitos para momento anterior ao termo do contrato ou de qualquer uma das suas renovações por parte do proprietário, consideram-se vencidas e exigíveis todas as prestações do preço devidas até ao final do contrato.
- Cláusula 6. do contrato de manutenção simples elevador(es)- Documento n.º 2 com a seguinte redacção: O preço indicado no presente contrato será actualizado no início de cada ano, comprometendo-se a TKE a informar o proprietário do montante da actualização, bem como dos respectivos critérios, com 30 (trinta) dias de antecedência em relação ao início de produção dos respectivos efeitos.
- Cláusula 8.2. do contrato de manutenção simples elevador(es)- Documento n.º 2 com a seguinte redacção: No caso do novo proprietário não aceitar os termos e condições do presente contrato, o contrato caduca automaticamente com os efeitos previstos em 5.3.
- Ponto 3. Condições económicas – cláusula C- Revisão do preço - C1 dos Documentos n.º 3 e 4, respectivamente, com a seguinte redacção: O preço indicado no presente contrato será actualizado no início de cada ano, comprometendo-se a tkE a informar o proprietário do montante da actualização, bem como dos respectivos critérios, com 30 (trinta) dias de antecedência em relação ao início de produção dos respectivos efeitos.
- Ponto 3. Condições económicas – cláusula D- Duração e Prorrogação - D2 dos Documentos n.º 3 e 4 respectivamente, nos contratos com duração inferior a três anos celebrados com consumidores finais, com a seguinte redacção: O presente contrato considerar-se-á tácita e sucessivamente prorrogado, por períodos iguais, quando não ocorra a denúncia, efectuada por qualquer dos contraentes, através de carta registada com aviso de recepção e com a antecedência de 90 (noventa) dias em relação ao seu termo.
- Ponto 3. Condições económicas – cláusula D- Duração e Prorrogação – D3 dos Documentos n.º 3 e 4, respectivamente com a seguinte redacção: Em caso de cessação sem justa causa, com efeitos para momento anterior ao termo do contrato ou de qualquer uma das suas renovações por parte do proprietário, consideram-se vencidas e exigíveis todas as prestações do preço devidas até ao final do contrato.
- Ponto 4. Condições legais – cláusula A 3–Transferência de proprietário – 2 dos Documentos n.º 3 e 4, respectivamente, com a seguinte redacção: No caso do novo proprietário não aceitar os termos e condições do presente contrato, o contrato caduca automaticamente com os efeitos previstos em 3.D3 e 3.D4.

b) Condeno a Ré a abster-se de utilizar as referidas cláusulas contratuais gerais em contratos que, de futuro, venha a celebrar, devendo eliminá-las dos seus clausulados e ainda a não se prevalecer delas nos contratos já celebrados.

c) Condeno a Ré a dar publicidade ao dispositivo desta sentença no prazo de quinze dias após o seu trânsito em julgado, mediante publicação de anúncio em dois jornais diários de maior tiragem ao nível nacional, em três dias consecutivos, de tamanho não inferior a ¼ da página, de forma a garantir a sua legibilidade, comprovando-o nos autos no o prazo de dez dias a contar da última publicação.

Custas a cargo da Recorrente, na proporção do decaimento, que se fixa em 70% – cf. artigo 527.º, n.º 2, do Código de Processo Civil [sendo a taxa de justiça do recurso fixada pela tabela referida no n.º 2 do artigo 6.° do Regulamento das Custas Processuais-RCP] – estando o Ministério Público isento de custas (nos termos do artigo 4.º, n.º 1, alínea a), do RCP).

*

Cumpra-se o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de Outubro, remetendo-se ao Gabinete do Direito Europeu certidão de Sentença e Acórdão para os efeitos a que se reporta a Portaria n.º 1093/95, de 6 de Setembro.
Registe e notifique".

Anúncio público

Eleição do Presidente do Instituto Politécnico da Guarda

Nos termos do disposto pelo artigo 86.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, do artigo 33.º, n.º 3 dos Estatutos do Instituto Politécnico da Guarda (IPG) e do artigo 5.º do Regulamento de Eleição do Presidente do IPG, aprovado em 28/02/2018, pelo Conselho Geral do Instituto, torno público que, por deliberação do Conselho Geral do Instituto de 07/09/2022, tem início em 14/09/2022 o processo de eleição do Presidente do IPG.

Torno ainda público que, até 21 de novembro de 2022, se encontra aberto o prazo para apresentação de candidaturas à eleição do Presidente do Instituto Politécnico da Guarda.

O processo eleitoral encontra-se regulado no Regulamento de Eleição do Presidente do Instituto Politécnico da Guarda, disponível para consulta em www.politecnicoguarda.pt

Guarda, 8 de setembro de 2022

Fernando Carvalho Rodrigues
Presidente do Conselho Geral do IPG

AVISO CONVOCATÓRIA

Administração Conjunta da AUGI *Quinta da Torre – Marquesas I e III*

Miguel Pereira Martinho, na qualidade de Presidente da Comissão de Administração Conjunta da AUGI denominada "AUGI Quinta da Torre – Marquesas I e III", com sede na Rua 101, Marquesa III, 2950-680 Quinta do Anjo, Palmela, vem, nessa referida qualidade e nos termos da Lei n.º 91/95 de 2 de setembro e suas alterações, por este meio publicitar a convocatória para reunião da Assembleia de Comproprietários do prédio, sito na freguesia da Quinta do Anjo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o n.º 2005/19930510 e inscrito na matriz predial sob o artigo 71, freguesia da "Quinta do Anjo", Concelho de Palmela, a realizar-se no dia 2 de outubro do corrente ano, pelas 10 horas, no Auditório do Teatro Municipal de Palmela.

Os comproprietários, caso o pretendam, poderão fazer-se representar por procuração outorgada de forma válida, para que seja deliberada a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Aprovação do projeto de divisão de coisa comum por acordo de uso do suprarreferido imóvel, no sentido de ser aprovada a atribuição, a cada consorte, do lote a ser-lhe atribuído, em função da quota-parte do seu direito de propriedade e conforme o estabelecido no alvará de loteamento.

Na ausência do número legal de compartes para deliberação em 1.ª convocatória, fica desde já estipulado que a assembleia reunirá em 2.ª convocatória, meia hora após a hora fixada, deliberando com a maioria dos votos dos compartes presentes.

1. Os comproprietários ficam advertidos que no prazo que medeia a receção da presente convocatória bem como e também a sua afixação na sede da Junta de Freguesia da Quinta do Anjo, e a data estipulada para a realização da referida assembleia de compartes, que deliberará a divisão de coisa comum por acordo de uso, ficarão a sua disposição, na respetiva Junta de Freguesia, de acordo com o n.º 8 alíneas a), b) e c) do art. 11.° da Lei n.º 91/95, com as alterações introduzidas pela Lei 70/2015, de 16 de julho, os seguintes elementos:
   a) Lista dos comproprietários inscritos no registo predial com referência expressa à quota-parte indivisa que cada um detém, bem como e também à inscrição predial que corresponde ao direito de cada um, lista esta que será assinada pelos comproprietários presentes na assembleia;
   b) Cópia integral do alvará de loteamento;
   c) Projeto de divisão que se propõe aprovar na assembleia a que se reporta a presente convocatória;
   d) Será publicado o competente anúncio desta mesma convocatória no *Jornal de Notícias* no dia 13 de setembro de 2022.
2. A escritura de divisão por acordo de uso será outorgada no Cartório Notarial Dr.ª Laurinda Gomes, sito na Praça de Carlos Alberto, n.º 123 - 4.º sala 44/45, 4050-159 Porto.

NOTA: DEVE TRAZER PARA A ASSEMBLEIA A SUA FICHA DE PROPRIETÁRIO QUE JUNTO SE ANEXA A ESTA CONVOCATÓRIA.

O Presidente da Comissão de Administração de AUGI – Quinta da Torre – Marquesas I e III
Miguel Pereira Martinho

Aviso (Extrato)

Torna-se público que, por deliberação do Conselho de Administração de 18.08.2022, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente extrato, o processo de seleção conducente à contratação de 1 Assistente Operacional (Eletricista) para o Serviço de Instalações, Equipamentos e Transportes. Os requisitos gerais e o perfil de competências exigido, os métodos e critérios de seleção e outras informações de interesse para apresentação das candidaturas e para o desenvolvimento do procedimento concursal constam na publicitação integral do aviso de abertura, inserto na página eletrónica do IPO-Porto, EPE, *in* www.ipoporto.pt

Porto, 08.09.2022

Os advogados do Benfica dizem que “já vai sendo tempo de formalmente encerrar cinco anos de investigações”.

PEDRO ROCHA / GLOBAL IMAGENS

Benfica pede arquivamento do Saco Azul, porque PJ não aponta uso de verbas para pagar a terceiros

PROCESSO O relatório da Polícia Judiciária a que o DN teve acesso fala em “fortes indícios” da prática de crime fiscal, mas não aponta para usos de verbas para pagamentos a terceiros, alegadamente árbitros. Advogados do clube da Luz defendem que nada foi provado em cinco anos de investigação.

TEXTO **CARLOS NOGUEIRA E CARLOS FERRO**

Os advogados do Benfica pedem o arquivamento, ou, no mínimo, a suspensão do denominado processo Saco Azul, que alegadamente serviria para pagar “favores” a terceiros, nomeadamente árbitros de futebol, no que poderia consubstanciar uma eventual descida de divisão do clube da Luz no caso de ser provado em tribunal.

Numa exposição enviada ao Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa, a que o DN teve acesso, os juristas dos encarnados baseiam-se no relatório final da investigação da Polícia Judiciária (PJ) com data de 28 de agosto, a que o DN também teve acesso, que aponta para um crime de fraude fiscal.

Na prática, os advogados João Medeiros, Paulo Saragoça da Matta e Rui Patrício justificam o pedido de arquivamento deste processo – que já tinham solicitado em setembro de 2020 – com o facto de durante os cinco anos que leva a investigação não ter sido provado que tenha havido um saco azul para pagamento de terceiros. Trata-se por isso, defendem os juristas do Benfica, de “uma mão-cheia de nada, por referência àquelas que eram as suspeitas iniciais deste processo”.

No documento enviado ao DIAP é defendido que o relatório da PJ dá “boa conta” de que, “apesar da aturada, exaustiva e longa investigação dos factos, nada mais se apurou e nada mais se imputa senão uma (alegada) fraude fiscal”. E foi nesse sentido, defendem, que o processo passou “para a esfera da Autoridade Tributária, para coadjuvar o Ministério Público”, pelo menos desde 2020.

A PJ refere nas suas conclusões que as verbas alegadamente resultantes de “negócios simulados” teriam sido canalizadas para a constituição do denominado “saco azul”, que se “presume ser utilizado para efetuar pagamentos não documentados”. A PJ conclui apenas que “foram recolhidos fortes indícios da prática do crime de fraude fiscal qualificada” por parte dos arguidos Benfica SAD, Benfica Estádio, nas pessoas do então presidente Luís Filipe Vieira, Domingos Soares Oliveira (administrador da SAD) e do então diretor financeiro Miguel Moreira, que, de acordo com as conclusões da PJ, “gizaram um plano criminoso, assente na imputação fictícia de custos às referidas sociedades”. E para isso, aponta o mesmo documento, “contaram com a colaboração” da empresa Questão Flexível, L.da, e do seu sócio-gerente José Bernardes, bem como dos arguidos José Raposo e Paulo Silva, tendo alegadamente sido celebrados contratos de prestação de serviços que “permitiram uma imputação fictícia de custos que ascendeu a pelo menos 2.265.660 euros”.

> Os advogados do Benfica insistem que os serviços prestados “foram reais” e destacam que “não se vê prova do contrário”.

Esta verba teria sido transferida para as contas bancárias da Questão Flexível, sendo que, diz a PJ, posteriormente esses montantes foram levantados em numerário através de cheques à ordem de José Raposo e Paulo Silva, tendo depois procedido à emissão de faturas falsas por serviços de consultadoria informática.

Nesse sentido, o relatório da PJ aponta para o facto de a Benfica SAD ter obtido “uma vantagem patrimonial indevida de 64.768 euros em sede de IRC e de 116.380 euros em sede de IVA, respeitante ao ano desportivo de 2016/2017”. Ao mesmo tempo, é apontado que a Benfica Estádio obteve “uma vantagem patrimonial indevida de 154.100 euros no ano desportivo de 2016/2017 e de 153.180 euros no ano de 2017/2018, ambas em sede de IVA”.

A PJ refere ainda que os autos “indicam fortemente que dos montantes transferidos das contas bancárias” da Benfica SAD e Benfica Estádio, “que ascenderam a 2.265.660 euros, terão regressado à esfera do Grupo Benfica um total de 2.063.040 euros”. Uma diferença que, alegadamente, poderá ser explicada pelas comissões de José Bernardes, das quais “resultaram a obtenção de uma vantagem patrimonial indevida de 113.053,46 euros em sede de IRS respeitante ao ano civil de 2017”.

“Afirmações gratuitas”

Na argumentação apresentada pelos advogados do clube da Luz é apontada uma frase das conclusões apresentadas pela PJ: “Não foi possível apurar as circunstâncias em que os referidos montantes [mais de dois milhões de euros] regressaram ao Grupo Benfica, nem tão-pouco a quem é que estes foram efetivamente entregues e qual o seu destino final, nomeadamente se para fins lícitos ou ilícitos.”

Neste contexto, os juristas insistem que os serviços prestados “foram reais” e destacam que “não se vê prova do contrário, muito menos a um nível de indiciação suficiente”. E apontam mesmo um facto que dizem ser “curioso” e arrasador” para a tese da acusação: “A constatação de que Miguel Moreira colocou em causa (“mostra-se escandalizado... chegando mesmo a insultar”) os valores solicitados pela contraparte nos contratos, o que não bate certo com uma alegada comunhão de vontades e de esforços para simular contratos.” E nesse sentido reforçam a ideia de que este elemento é “claramente impeditivo da dedução de uma acusação” por parte do Ministério Público , pois defendem que “afeta a existência dos necessários indícios suficientes da prática de um crime”.

Em jeito de conclusão, o Benfica reforça a ideia de que a PJ “apenas presume que tais valores seriam utilizados para pagamentos não documentados”, algo que dizem ser “afirmações gratuitas”, pois “nada mais se imputa senão uma suposta fraude fiscal”. “Está, pois, enterrada a questão do alegado ‘saco azul’”, assumem os advogados, considerando que é o relatório da PJ que o diz. “Já vai sendo tempo de formalmente encerrar cinco anos de investigações”.

carlos.nogueira@dn.pt; cferro@dn.pt

Carlitos I. O novo rei do ténis que iniciou subida meteórica no Jamor

RANKING Carlos Alcaraz fez história ao vencer o US Open e chegar ao topo mundial com 19 anos, batendo o recorde de precocidade de Lleyton Hewitt. Tem convite para o Estoril Open 2023.

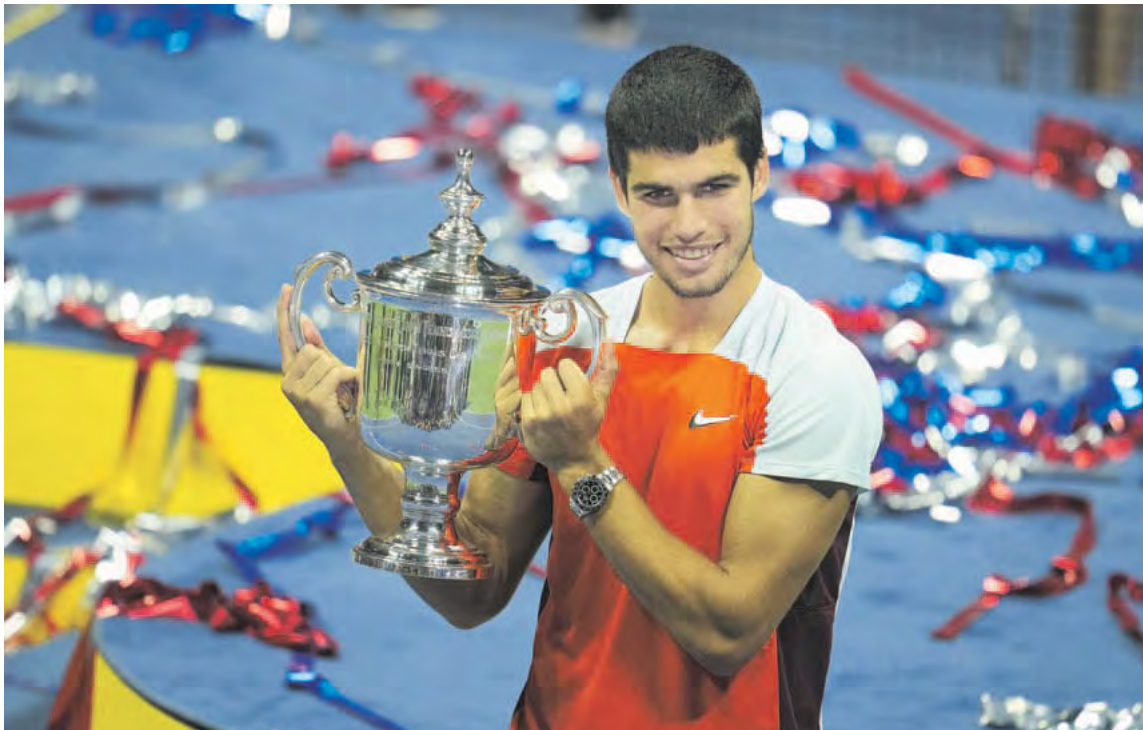
TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

O ténis tem um novo rei: Carlos Alcaraz, mais conhecido por Carlitos, o primeiro classificado do *ranking* ATP. O jovem tenista espanhol venceu o US Open, o seu primeiro Grand Slam da carreira, derrotando Casper Ruud, e tornou-se o mais jovem de sempre a chegar à liderança mundial, batendo o recorde de precocidade de Lleyton Hewitt (*ver tabela*).

Alcaraz é mesmo o único a consegui-lo antes dos 20 anos (19 anos e 130 dias). Para se perceber a dimensão do feito do jovem murciano é preciso ver que dois dos maiores tenistas de sempre, Roger Federer (tinha 22 anos e seis meses) e Novak Djokovic (24 anos e um mês) nem entram no *top* 10 dos mais jovens a chegar a n.º 1 – uma lista fechada por Rafael Nadal (22 anos e 76 dias).

Natural de um país com forte tradição no ténis, que teve três líderes do *ranking* ATP criado em 1973 (Juan Carlos Ferrero, Carlos Moya e Rafael Nadal) e onde os campos de ténis estão cheios de jovens que querem ser profissionais, Carlitos – assim o chamavam em criança, para evitar confusões com os outros dois Carlos Alcaraz (o pai e o avô paterno) – já caminha em nome próprio, mas não evita as comparações. A força física, a velocidade, o carisma e o magnetismo no *court* fazem dele uma verdadeira fotocópia de Nadal. Tem ainda a agressividade de Roger Federer e a frieza de Novak Djokovic, características que fazem do jovem natural de El Palmar (Múrcia) o mais forte candidato a acabar com o domínio dos *Big 3*: Federer, Nadal e Djokovic.

Se o mundo do ténis (e do desporto em geral) lhe faz vénias, quem já esteve no lugar dele e o treina avisa que Carlos Alcaraz tem muito a melhorar. "Ele está a 60% do seu potencial. Tem de continuar a trabalhar se quiser continuar no topo. Há muito a melhorar: o serviço, a resposta, a esquerda em algumas situações, a tomada de decisões. O trabalho ainda não acabou", disse Juan Carlos Ferrero, elogiando assim o miúdo que recebeu na sua academia com 13 anos, "magro como esparguete", mas com muito ténis nas mãos.

"O Carlitos é exatamente quem parece ser. Ele tem um caráter muito forte. Aprende rápido. É um miúdo muito bom e humilde. A sua família é espetacular e ajuda-o muito. O seu pai acabou de me dizer que temos que acalmá-lo depois disto e meter-lhe os pés no chão", revelou o antigo n.º 1 mundial.

Carlos Alcaraz venceu o US Open com 19 anos e é o mais jovem de sempre a chegar à liderança do *ranking*.

EPA/RAY ACEVEDO

Cinco troféus e €5,8 milhões

Filho de Virginia Garfia e de Carlos Alcaraz, descobriu o ténis com quatro anos, num dos muitos campos do clube em El Palmar, onde o pai era diretor. Tal como os três irmãos, foi lá que começou a jogar e cedo o pai percebeu que estava perante um prodígio, "pela familiaridade com a raquete". Nunca se cansava de estar no *court* e não demorou a competir e a colocar um dilema financeiro à família. As viagens para participar no Campeonato do Mundo de sub-10, na Croácia, eram "incomportáveis", mas o então treinador, Kiko Navarro, recorreu a um mecenas (Alfonso López Rueda) para ajudar Alcaraz a ir à prova.

No regresso a Espanha, passou a fazer parte da Nike Junior Tour e em 2015 deslumbrou Ferrero ao chegar às meias finais do Roland Garros sub-13. Mudou-se para a Academia Equelite do antigo n.º 1, mas foi em casa, com 15 anos, que alcançou o primeiro ponto ATP, no Future Murcia (2018), quebrando a marca de precocidade de Nadal. E foi com um triunfo em Portugal que entrou no *top* 100, em maio do ano passado, depois de conquistar o Oeiras Open 125, e passou a poder competir em torneios ATP 250. Em pouco mais de um ano galgou até n.º 1, depois de vencer no Rio de Janeiro, Miami, Barcelona, Madrid e agora no US Open. E também juntou um *prize money* brutal de 5,8 milhões de euros.

Em maio esteve para jogar o Estoril Open, mas decidiu descansar depois do triunfo em Barcelona. Segundo o diretor, João Zilhão, Carlitos ficou logo convidado para o torneio em 2023. Será?

isaura.almeida@dn.pt

"Ele está a 60% do seu potencial. Há muito a melhorar: o serviço, a resposta, a esquerda em algumas situações, a tomada decisões. O trabalho ainda não acabou", diz o treinador.

10 tenistas mais jovens a chegar a n.º 1

Nome	Nacionalidade	Idade	Grand Slams
Carlos Alcaraz	Esp.	19 anos e 130 dias	1
Lleyton Hewitt	Áustria	20 anos e 268 dias	2
Marat Safin	Rússia	20 anos e 298 dias	2
John McEnroe	EUA	21 anos e 16 dias	7
Andy Roddick	EUA	21 anos e 65 dias	1
Björn Borg	Suécia	21 anos e 78 dias	11
Jim Courier	EUA	21 anos e 177 dias	4
Pete Sampras	EUA	21 anos e 243 dias	14
Jimmy Connors	EUA	21 anos e 330 dias	8
Rafael Nadal	Esp.	22 anos e 76 dias	22

BREVES

Sporting contra o favoritismo do Tottenham

"O Tottenham é favorito, mas todos têm hipóteses no grupo. Acredito sempre que o Sporting tem hipóteses." Foi assim que Rúben Amorim abordou ontem o duelo desta tarde (17h45, Eleven) entre o Sporting e o Tottenham, em Alvalade, em jogo da 2.ª jornada da fase de grupos da Liga dos Campeões. As ausências dos defesas centrais Luís Neto e Jeremiah St. Juste, por lesão, aumentam a preocupação do técnico com o ataque dos *spurs*. "Os pontos fortes do adversário preocupam-nos", assumiu Rúben Amorim, sem revelar se vai apostar em Gonçalo Inácio. Contente pela "ligação entre Edwards e Trincão" ter "funcionado muito bem", o treinador admitiu que "está mais difícil para o Paulinho ganhar o seu lugar", sendo que o "objetivo é vencer", tal como fez na 1.ª jornada, na Alemanha, com o Eintracht Frankfurt, que esta noite joga em Marselha.

FC Porto não vai na cantiga do bom empate

O treinador do Club Brugge, adversário do FC Porto na segunda jornada da fase de grupos da Liga dos Campeões (hoje, 20h00, TVI e Eleven Sports), admitiu que o empate no Dragão não seria um mau resultado. Mas Sérgio Conceição não vai em cantigas: "Ninguém joga para levar um ponto [...] O Club Brugge tem qualidade para ganhar. São tricampeões da Bélgica, estão habituados a ganhar, têm seis presenças na Champions nas últimas sete ocasiões. É uma equipa habituada a estes palcos. Espera-nos um jogo difícil. Cabe-nos alcançar os três pontos importantes para a nossa caminhada", disse o treinador do FC Porto, sem revelar quem vai jogar no lugar de Taremi – expulso no desafio de Madrid, que acabou com uma derrota portista (2-1). No outro jogo do grupo, o Atlético de Madrid joga com o Bayer Leverkusen.

Tippi Hedren em *Os Pássaros* (1963), de Alfred Hitchcock: o cinema como arte dos assombramentos humanos.

Pensar o futuro do cinema através das suas memórias

CICLO A herança do crítico do cinema francês Serge Daney persiste como um corpo de textos capaz de nos ajudar a ver (e pensar) o passado e o presente dos filmes. No 30.º aniversário da sua morte, o produtor Paulo Branco propõe um ciclo de filmes para nos ajudar a percorrer os caminhos plurais dessa herança.

TEXTO **JOÃO LOPES**

O cinema tem uma memória. Aliás, memórias, no plural. Não uma coleção de referências nostálgicas, não uma galeria de episódios mais ou menos pitorescos. As memórias cinéfilas ajudam-nos a conhecer cumplicidades, contrastes e contradições da história dos filmes, enriquecendo a nossa experiência presente como espectadores. Assim acontecerá através de *Folheando Serge Daney – Uma História do Cinema*, ciclo organizado pela Medeia Filmes (cinema Nimas, Lisboa), a começar esta quinta-feira com *Rio Bravo* (1959), de Howard Hawks.

A designação do ciclo envolve alguma mágoa poética: trata-se de assinalar os 30 anos da morte de Daney "folheando" a herança de um crítico de cinema que, das revistas especializadas (*Cahiers du Cinéma* e *Trafic*, esta por ele fundada, com Jean-Claude Biette) à aproximação pedagógica do universo televisivo, manteve uma postura de abertura intelectual e exigência de pensamento que, para lá de todas as possíveis divergências de interpretação ou valoração, continua a pontuar o nosso presente — a edição do livro *Perseverança* será um complemento importante desta proposta (*ver texto ao lado*).

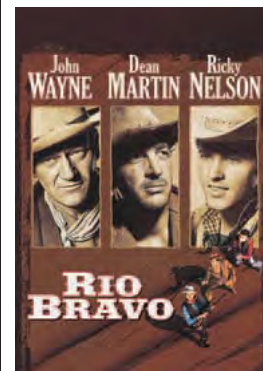
"Folhear" Daney é continuar a pensar através da sua herança, habitando um futuro do cinema que ele já não viveu. Mais do que isso: é fazê-lo sob o signo da amizade – e dos diálogos cinéfilos que lhe deram corpo. Assim, o ciclo surge com assinatura do produtor Paulo Branco (líder da Medeia Filmes e da produtora Leopardo Filmes), lembrando uma relação muito especial com Daney: "Graças à nossa amizade, pude com ele partilhar ao longo de duas décadas inúmeras conversas e, sobretudo, escutá-lo na sua paixão pelos filmes, pelos realizadores e pela história do cinema. Foi a partir dos seus escritos e dessas conversas que fiz esta escolha alargada de 50 filmes de cerca de 40 realizadores, e que são exemplo da acuidade, da justeza e, mais do que isso, da apreciação crítica de Serge Daney."

Daí o subtítulo do ciclo: não se trata de revisitar Daney como "historiador" abstrato, mas sim de percorrer a sua herança como autor de "uma" história do cinema. Na certeza de que cada espectador com um mínimo de gosto de descoberta e disponibilidade mental poderá elaborar a "sua" própria história.

Hawks & Godard

A primeira parte do ciclo inclui nove títulos "pontuados" pela memória dos textos de Daney, a apresentar ao longo do mês de setembro – até dia 28, com *Os Pássaros* (1963), de Alfred Hitchcock. Um aspeto que vale a pena sublinhar na escolha deste conjunto de filmes é a sua diversidade geográfica e cultural, alheia a preconceitos falsamente cinéfilos que tendem a favorecer a "superioridade moral" de determinada(s) cinematografia(s) em relação a outra(s).

O filme de abertura, *Rio Bravo*, é um dos objetos mais depurados de um mestre do classicismo de Hollywood, que nessa saga, protagonizada por John Wayne, Dean Martin e Angie Dickinson, exalta a infinita complexidade do fator humano e, sobretudo, a cumplicidade da linguagem cinematográfica com tal complexidade. A citação de Daney a propósito do alcoolismo da personagem interpretada por Dean Martin é esclarecedora: "[…] um gesto de Dean Martin (Dude) passando a mão pelo rosto diz-nos mais sobre a personagem que todas as cenas de embriaguez que pudessem ser filmadas."

Como contraponto, encontramos o raríssimo *Ici et Ailleurs* (1976), um dos trabalhos em que a assinatura de Jean-Luc Godard é partilhada com Anne-Marie Miéville. Aliás, o filme resulta da herança de uma outra colaboração de Godard com Jean-Pierre Gorin, no chamado Grupo Dziga Vertov (1968-1972). Em 1970, Godard e Gorin desenvolveram um projeto sobre a Palestina e a resistência dos *fedayeen*. Atribulações várias levaram ao seu abandono, sendo *Ici et Ailleurs* o resultado da dialética que o título consagra – entre o "aqui" em que Godard, narrador em *off*, observa o modo como uma família francesa perceciona as informações mediáticas, e o "algures" que, apesar de tudo, ficou inscrito nas imagens obtidas meia dúzia de anos antes. Nesse ziguezague está uma fundamental questão formal e política: como é que o mundo se apresenta, estilhaça ou reinventa a partir do lugar em que filmamos?

Dir-se-ia que os filmes sobre os quais Daney escreveu, agora reunidos como uma adenda viva aos ecos dos seus pensamentos, nos convocam para novas aventuras narrativas e filosóficas. *Os Pássaros*, claro, constitui um caso radical, já que, como Godard nos ensinou, Hitchcock é um criador que, ao observar os fantasmas da inocência e da culpa, discute, em última instância, a própria ordem do mundo. Quem atrai a violência absoluta dos pássaros? – eis a interrogação trágica que

Melanie Daniels encarna através da interpretação inigualável de Tippi Hedren.

Cinema ou televisão?

Deste assombramento humano (divino ou demoníaco?) nos falam também, em tons obviamente diversos, filmes como *A Floresta Interdita* (1958), do americano Nicholas Ray, *Dodeskaden* (1970), do japonês Akira Kurosawa, ou *As Três Coroas do Marinheiro* (1983), do chileno Raúl Ruiz, este apelando a um bizarro "realismo fantástico" (em cenários portugueses e com produção de Paulo Branco).

Há ainda dois exemplos fascinantes de ficções históricas, ou melhor, de ficções que discutem o que seja revisitar (e contar) as histórias passadas dos humanos: *A Tomada do Poder por Luís XIV* (1966), de Roberto Rossellini, e *Da Nuvem à Resistência* (1979), de Jean-Marie Straub e Danièle Huillet, este a partir de textos de Cesar Pavese. Sem esquecer o belíssimo *O Efeito dos Raios Gama no Comportamento das Margaridas* (1972), outra raridade, com realização de Paul Newman, dirigindo a sua mulher, Joanne Woodward, num fresco sobre a "vida como ela é". Ou, como escreveu Daney: "Uma pequena frase resume bem uma emoção que o cinema americano, nas suas sagas e melodramas, nas séries de televisão e nos frescos familiares, sempre soube destilar. E esta frase diz mais ou menos: 'É a vida!...' Há momentos assim, onde tudo se joga, onde a personagem compreende que jogou e foi jogada."

O ciclo prosseguirá com outros conjuntos de títulos, mês a mês, até fevereiro de 2023. Excecionalmente, a programação de setembro inclui uma proposta paralela, *Hors Champ* (à letra: "Fora de campo"), em que Paulo Branco assume um "jogo arriscado", escolhendo obras de cinco cineastas posteriores ao desaparecimento de Daney, considerando que poderiam ser "objetos eleitos para o seu olhar crítico" – entre eles estão, por exemplo, *O Pântano* (2001) e *A Rapariga Santa* (2004), da argentina Lucrecia Martel, e *Still Life – Natureza Morta* (2006), do chinês Jia Zhang-ke.

Em resumo, eis um pequeno grande acontecimento cinéfilo que vale a pena acompanhar em função de um princípio que Daney resumiu na conclusão do seu livro *Le Salaire du Zappeur* (ed. Ramsay, Paris, 1988). Especulando sobre os limites da "história do cinema", escreveu: "O impacto real de cineastas como Vertov, Rossellini, Bresson, Tati, Welles, Godard ou Straub (entre outros) decorre da sua situação instável entre as exigências poéticas do cinema e o avanço da mediatização de massas em todo o mundo." Pormenor a ter em conta: este livro é uma antologia das crónicas de televisão que Daney publicou no jornal *Libération*.

dnot@dn.pt

Biografia de um cinéfilo

LIVRO No contexto do ciclo *Folheando Serge Daney* (cinema Medeia Nimas, Lisboa), será apresentado o livro *Perseverança*, uma longa entrevista com Serge Toubiana, onde o crítico francês se autorretrata através da cinefilia. Leitura vital e íntima, lúcida e romântica, com posfácio de um amigo, Paulo Branco.

TEXTO **INÊS N. LOURENÇO**

Depois de *O Cinema que Faz Escrever*, lançado em 2015 pela Angelus Novus, livro que marcou o nosso primeiro encontro com os textos críticos de Serge Daney (1944-1992) numa tradução portuguesa, *Perseverança* renova agora a possibilidade de se chegar ainda mais próximo de uma das vozes fundamentais da crítica de cinema do século XX. Com a chancela The Stone and The Plot (a mesma editora que nos deu *Ozu*, de Donald Richie), este livro, composto essencialmente por uma grande entrevista conduzida por Serge Toubiana, é o mais íntimo que o leitor pode ficar de Daney, participando da sua idiossincrática paixão pelo cinema. Como dá conta Toubiana no prefácio, trata-se da história da vida de um cinéfilo "cuja cinebiografia estava a chegar ao fim." Gravaram as conversas em fevereiro de 1992; Daney morreria em junho, com sida.

Tal como em *O Cinema que Faz Escrever*, o texto que aqui antecede a entrevista é "O travelling de Kapò" (menção à famosa denúncia que Jacques Rivette fez, em 1961, do filme de Gillo Pontecorvo), um artigo absolutamente indispensável para se entrar na narrativa pessoal e na visão do crítico francês, porque funciona como um guia das origens deste cinéfilo. Foi o seu último texto para a revista *Trafic* e deveria ser o primeiro capítulo de um livro que Daney tencionava escrever sobre o seu percurso de cinefilia. Consta que até o título fora escolhido: *Perseverança*...

Perseverança renova agora a possibilidade de se chegar ainda mais próximo de uma das vozes fundamentais da crítica de cinema do século XX.

O objeto que agora nos chega (ao mesmo tempo da tradução nos Estados Unidos), originalmente publicado em 1994, acabou então por responder à necessidade que o crítico tinha de deixar um testemunho; razão pela qual o amigo Toubiana recuperou o título que seria do gosto do próprio. E o certo é que, ao lermos *Perseverança*, a configuração desse testemunho tem menos que ver com um discurso oral espontâneo do que com um pensamento infalível e estruturado. A sensação é que Daney fala longamente, como quem escreve – por vezes parece até que as perguntas de Toubiana se perdem no meio de uma torrente de palavras cuja clareza de raciocínio e romantismo cinéfilo (nunca nostálgico) organizam uma experiência íntima e irrepetível, com definições modelares, daquelas que apetece citar a torto e a direito. Por exemplo: "O cinéfilo não é aquele que ama e copia na vida os objetos e atitudes que amou pela primeira vez no ecrã. É, simultaneamente, mais modesto e infinitamente mais orgulhoso: o que ele pede aos filmes é que perdurem enquanto filmes."

Nas páginas de *Perseverança* deparamo-nos com o rapazinho que cresceu rodeado de mulheres (a mãe solteira, a avó e uma tia) e que procurou no cinema a figura lendária do pai ausente; o bom aluno; o viajante crónico; o grande apreciador de *jazz*, ténis e Mizoguchi; o crítico dos *Cahiers du Cinéma* (cujos destinos dirigiu entre 1973 e 1979), que passou para o jornal *Libération* e, um ano antes de morrer, fundou a revista *Trafic*; o espectador que se punha do lado das personagens secundárias, os "*losers*" dos filmes franceses, e que, inclusive, sentia um profundo mal-estar por ser francês. A sua homossexualidade, aqui exposta sem filtros, torna-se, aliás, uma forma de chegar a alguns temas curiosos, como seja a fealdade física de alguns atores franceses por oposição aos americanos: "Não havia nada para mim naquele rebanho francês; nada que assinalasse o desejo. […] Bastava ver Cary Grant, James Stewart, Robert Ryan ou Henry Fonda nos anos 50, com os seus cabelos platinados, para saber que era ali que estava o charme e a sedução, que ali nascia o desejo de ser raptado. Ainda hoje é possível viver isto entre cinéfilos: fala-se dos atores de que se gosta, dos que não se gosta […]. Posso dizer que, mitologicamente, os meus pais cinéfilos não são franceses."

No fim, a cinefilia era tudo, e a vida confundia-se com outra narrativa maior ("digo a mim próprio que tenho a idade do cinema moderno, um pouco menos de 50 anos, ainda. E que não envelheceremos juntos"). Mas é também o olhar sobre a cultura, o comunismo, a televisão e o estado do "país do cinema" que nos atira para reflexões verdadeiramente lúcidas e independentes – independência, por sinal, a característica de Serge Daney que vemos o produtor Paulo Branco sublinhar no seu posfácio sobre esta personalidade com quem privou nos anos 70 em Paris.

Perseverança será apresentado no cinema Medeia Nimas, em Lisboa, numa data a definir, no âmbito do ciclo *Folheando Serge Daney.*

dnot@dn.pt

Serge Daney fotografado por Françoise Huguier em 1984.

Duy Tryong impressionou com o seu fato de Cruella de Vil.

DR

Orelhas, super-heróis e rebeldes. Magia da Disney volta a brilhar sobre os fãs

D23 EXPO Dezenas de milhares voaram de todo o mundo até Anaheim, Califórnia, para celebrar o regresso da convenção. Empresa anunciou longa-metragem *Wish* para comemorar o centenário em 2023.

TEXTO **ANA RITA GUERRA**, EM ANAHEIM

Envolto em metros intermináveis de organza vermelha, preta e roxa, Duy Tryong posa com a confiança inabalável de uma Cruella de Vil prestes a desencadear o caos. Os detalhes do casaco, a peruca branca e preta e a maquilhagem ousada transformam-no na personagem reimaginada pela Disney no filme *Cruella*, de 2021, com Emma Stone no papel principal. É uma das personificações mais impressionantes da D23 Expo 2022, que decorreu no último fim de semana em Anaheim, na Califórnia.

"Costurei todo o meu fato em menos de um mês, com materiais que custaram mais de mil dólares só em organza", disse ao DN Duy Tryong, de 29 anos. Os *designs* extravagantes do filme renderam o Óscar de Melhor Guarda-Roupa a Jenny Beavan, um ícone deste campo em Hollywood, e inspiraram o seu visual. "É uma das minhas favoritas de sempre", referiu.

Fascinado por padrões e *designs*, esta é a segunda vez que Tryong participa na D23 Expo, o maior evento do mundo para fãs da Disney. "Voltei porque toda a gente é incrível, todas as pessoas neste sítio têm isto em comum e adoram a Disney", descreveu. "É como uma enorme família de pessoas que ainda não se conhecem." Tryong viajou desde Orlando, Florida, para o Sul da Califórnia para participar na convenção.

O ambiente está, por isso, mais eletrizante. A Disney procurou encantar os fãs com a revelação de vários novos filmes e séries, como *Divertida-Mente 2*, *Elemental*, *Elio*, *Win or Lose*, *Estranho Mundo*, *Zootopia+* e vários outros. Os participantes que conseguiram lugar na sessão do palco principal, enfrentando enormes filas, puderam ver *clips* e *trailers* exclusivos de várias produções, alguns dos quais não estarão disponíveis para o público em geral.

"A Disney é verdadeiramente a empresa de entretenimento mais mágica, com histórias e experiências sem rival", afirmou o CEO da Walt Disney Company, Bob Chapek, na abertura da convenção. "Estamos numa liga só nossa", continuou, considerando que "nenhuma outra empresa teve um impacto tão profundo na cultura".

Esse impacto começou há quase 100 anos, quando Walt e Roy Disney fundaram a empresa em Los Angeles, a 16 de outubro de 1923. A celebração deste centenário será, prometeram os executivos, épica. "Sem comparação com o que fizemos antes", disse Josh D'Amaro, *chairman* da Disney Parks, Experiences and Products.

> A Disney teve em 2021 receitas de 67,4 mil milhões de dólares. Em 2023 a empresa celebra 100 anos.

Ao nível de conteúdos, o centenário será assinalado pela longa-metragem de animação *Wish*, coescrita pela diretora criativa da Walt Disney Animation Studios, Jennifer Lee, e por Chris Buck. É a mesma dupla responsável pelos filmes *Frozen - O Reino do Gelo*. "Este filme significa muito para todos nós no estúdio", disse Lee numa das sessões. O mundo de *Wish* é um reino de contos de fadas onde teve origem a ideia clássica de pedir um desejo a uma estrela. O tipo de história encantada que fascina os fãs da Disney há várias gerações, como se viu nos corredores da D23 Expo.

Foi aqui que superfãs vestidos como os seus personagens favoritos se passearam horas a fio, acedendo aos muitos pedidos de fotografia que outros participantes no evento faziam. A qualidade do *cosplay* – termo que designa a caracterização de uma pessoa como o personagem de um livro, filme ou videojogo – foi tremenda e abrangeu pontos muito diversos do espetro de propriedades da Disney. Houve princesas e ratos Mickey, cavaleiros Jedi e *stormtroopers*, heróis da Marvel e pandas vermelhos. Houve crianças de colo, adolescentes e avós. Foi um testemunho do legado da Disney e da sua importância cultural.

"O que eu gosto na D23 Expo é que dá para conhecer todo o tipo de pessoas que também gostam da Disney como eu e é uma oportunidade de fazer novos amigos", explicou ao DN Alexis Lujan, de 26 anos. "Estou vestida como a Cinderela de 2015, que é um dos meus filmes favoritos da Disney até agora." O seu vestido azul, com um volume cinemático e adornado com borboletas, foi costurado por uma amiga brasileira para esta convenção, a segunda em que Lujan participou. "Sou uma enorme fã da Disney e fui à D23 Expo em 2019. É um dos meus eventos favoritos", indicou. "Tinha saudades das pessoas, de ver toda a gente vestida a rigor. É como se fosse um suspiro de alívio, um regresso à normalidade."

Atraindo dezenas de milhares de pessoas de todo o mundo, a D23 Expo incluiu sessões de apresentação com os executivos da empresa, painéis especializados para os fãs e um enorme espaço com centenas de expositores, desde pequenos empresários a vender *pins*, *T-shirts* e serigrafias até patrocinadores como a Visa, Amazon e Pandora, passando pelos diversos negócios da Disney. Um deles foi o Disney Theatrical Group, que esteve na D23 Expo com uma experiência de realidade virtual para promover os espetáculos na Broadway.

"Esta é uma experiência de cinco minutos e meio em que as pessoas são transportadas para o palco no meio dos espetáculos *Aladin*, *Frozen* e *O Rei Leão*, na Broadway", explicou o responsável, Greg Josken. "Tem sido incrível trazer um pouco da Broadway para Anaheim", continuou. "Este ano há uma energia excelente. Agora que regressámos, é bom ver toda a gente a trazer a sua energia Disney para esta convenção."

E a Disney, que em 2021 teve receitas de 67,4 mil milhões de dólares, não é apenas a casa do Mickey e das princesas, mas também de Star Wars e Marvel. Foi por isso que o casal Maeve (@ArmoredHeartCosplay) e Ruy (@TheGeekStrong) não faltaram à celebração vestidos de Wanda Maximoff e Loki. "Somos grandes fãs da Marvel. Esta é a minha primeira D23, por isso estou muito entusiasmada a ver todas as *fandoms* por aqui", explicou Maeve. Já Ruy foi repetente. "Esta é a minha terceira D23 Expo. Normalmente venho vestido de princesa."

O universo Marvel foi dos que mais anúncios fez na Expo, incluindo a expansão do Avengers Campus e a introdução do Multiverso na Disneyland ali ao lado, e uma bateria de novas séries e filmes para os próximos anos, como *Werewolf by Night*, *Homem-Formiga e a Vespa: Quantumania*, *The Marvels*, *Thunderbolts* e *Fantastic Four*. Kevin Feige, presidente da Marvel Studios, saltou de sessão em sessão mostrando as novidades aos fãs. "A D23 é muito especial", disse numa delas. Os gritos e aplausos ensurdecedores de mais de sete mil pessoas naquele auditório mostraram porquê.

dnot@dn.pt

Opinião
Guilherme d'Oliveira Martins

Memórias de Adriano

Começo por ler Marguerite Yourcenar na longa carta do imperador Adriano (76-138) ao seu filho adotivo Marco Aurélio (121-180). A escolha da personagem deve-se ao período de transição em que Adriano viveu e que podemos encontrar na explicação da própria Yourcenar: "Encontrei [...] num volume da correspondência de Flaubert, muito lido e muito sublinhado por mim, pouco mais ou menos em 1927, a frase inesquecível: 'Não existindo já os deuses e não existindo ainda Cristo, houve de Cícero a Marco Aurélio um momento único em que só existiu o homem,' Uma grande parte da minha vida ia passar-se a tentar definir, depois a descrever, esse homem sozinho e, aliás, ligado a tudo." E assim a autora de *Memórias de Adriano* procurou uma vida conhecida, acabada e fixada pela História, "de forma a abranger num só olhar toda a curva; mais ainda, a escolher o momento em que o homem que viveu essa existência a avalia, a examina e chega a ser por um instante capaz de a julgar". Eis-nos diante do mistério do tempo. É essa a preocupação fundamental deste livro consagrado. E refere-se o paralelo entre a Antiguidade de Adriano e a modernidade de Lawrence da Arábia, tendo um como pano de fundo as colinas de Atenas e o outro a sabedoria do deserto – numa relação biunívoca para compreender o ascetismo e o hedonismo. E o tema comum era o da pessoa que encarava o tempo e que recusava a indiferença. Tudo de modo a ter a liberdade de dizer, como Yeats: "É a mim próprio que eu corrijo ao retocar as minhas obras."

Yourcenar (traduzida por Maria Lamas e depois por Helena Vaz da Silva, de quem se tornou amiga) exigia a si mesma a capacidade de compreender a realidade do mundo e a vida. "A substância e a estrutura humana não mudam. Nada mais estável que a curva de um tornozelo, o lugar de um tendão ou a forma de um dedo de um pé. [...] No século de que falo, estamos ainda muito perto da livre verdade do pé nu." Urge analisar, prevenir, prever – com Plutarco e Marco Aurélio, para entender que os deuses e as civilizações passam e morrem. "Não somos nós os únicos a olhar de frente um futuro inexorável." A clarividência de Adriano evidencia-se. O mundo é complexo, mas vale a pena prosseguir na constante interrogação sobre ele. É Arriano quem escreve uma última missiva final a Adriano sobre o resultado das suas obras. Foi tudo em vão? E Adriano entende não poder fraquejar, por isso deve continuar a pensar e a sonhar, e a ligar a "disciplina augusta" à virtude da *"patientia"*. O desafio permanente e indubitável é o de caminhar de olhos abertos, continuando a desejar conhecer os múltiplos aspetos do mundo terreno – o amor, a amizade, a fidelidade, a alegria...

Neste ponto da crónica, o leitor sente-se confuso. Julga ter-se enganado no tema e no título. Conhece talvez a obra de Marguerite Yourcenar, mas agora pensou que haveria uma outra referência. De facto não se equivocou, veio mesmo ao lugar e ao tema que esperaria, todavia não do modo previsível e costumeiro. Adriano e Marco Aurélio, as personalidades da Antiguidade clássica aqui estão, do mesmo modo que a reflexão sobre a vida e sobre a exigência de pensar e de recusar a inércia e a indiferença. É verdade. Este texto foi escrito, no entanto, a pensar numa personalidade portuguesa de referência, que acaba de completar a bonita idade de 100 anos. Ponto por ponto, o romance fundamental que invocamos leva-nos à compreensão da vivência do tempo, não como mero percurso dos ponteiros do relógio, mas como revelação de resposta para aquele mistério do tempo que Santo Agostinho confessava ser difícil de resolver. De quem falamos, ensinou-nos pacientemente e sem desistência a complexidade da vida e do mundo: "A unidade da humanidade implica, na linha de ensinamento do Padre António Vieira, o abraço da justiça e da paz, mas tem de ser a justiça, contudo, a tomar a iniciativa desse abraço." E assim homenageamos, com os melhores votos, o exemplo de Adriano Moreira.

O desafio permanente e indubitável é o de caminhar de olhos abertos, continuando a desejar conhecer os múltiplos aspetos do mundo terreno.

Administrador executivo da Fundação Calouste Gulbenkian.

Opinião
Luís Castro Mendes

Jornais e livros: uma mesma melancolia

Se lermos hoje *As Ilusões Perdidas*, de Balzac, surpreender-nos-á o quanto a distinção e o trânsito no meio literário parisiense nos princípios do século XIX dependia das relações cultivadas no meio jornalístico. A glória literária, aos olhos do protagonista e dos personagens deste romance, estava estreitamente ligada ao sucesso que o autor tivesse no meio da imprensa, pois fora desse caminho não havia êxito possível. Como o desiludido Lousteau explica ao arrivista Lucien de Rubempré, "a vida literária tem os seus bastidores; a plateia aplaude os sucessos, inesperados ou merecidos; os meios sempre hediondos, os comparsas apinocados, as claques e os subalternos, eis o que encerram os bastidores".

Nos finais do século XIX, em Portugal, é algo distinta, mas não menos disfórica, a visão que Eça de Queirós, n' *A Capital* e depois n' *Os Maias*, exprime sobre a relação entre escritores e jornalistas. O jornalista Melchior, incapaz de escrever uma recensão crítica ao livro do poeta Craveiro, pede ajuda ao Ega, que lhe dispara um discurso fulminante, no qual conclui que "o que diz, através do silêncio dos jornais, o coro dos jornalistas" é, em suma, isto: "Nós não sabemos, não podemos já falar de uma obra de arte ou de uma obra de história, deste belo livro de versos ou deste belo livro de viagens. Não temos nem frases nem ideias. Não somos talvez cretinos – mas estamos cretinizados."

E o Melchior acaba por desistir da recensão, confessando: "Não é lá pelo livro, não me importa o livro... É pelo Craveiro, que é bom rapaz, e de mais a mais pertence cá ao partido!"

A meio do século XX em que eu nasci ("o mundo de ontem"), todos os jornais tinham páginas e suplementos culturais, nos quais a literatura dominava e onde as querelas entre os literatos ocupavam a atenção excitada de quem se interessava pelas coisas da cultura. Tínhamos a noção, leitores do *Diário de Notícias* como leitores do *Diário de Lisboa*, fiéis do *Comércio do Porto* como do *Primeiro de Janeiro*, que muito se jogava então na literatura. Até o debate político, proibido de se exprimir abertamente, pedia emprestado o manto literário para vir a público, neorrealista para os comunistas, presencista ou independente para os democratas não comunistas, e as polémicas entre escritores ferviam, negado que nos era pela censura o debate político aberto.

Quando declinou de vez esse papel da literatura, agora que o seu acompanhamento pelos jornais depende do pouco espaço que lhes possa sobrar para falar de livros?

Certamente, o crescente relevo cultural do cinema, das artes performativas e da música *pop* veio ocupar um espaço, antes talvez injustamente preenchido em excesso por recensões de poesia, de ensaios e de obras portuguesas, deixando até muitas vezes de lado a riqueza de obras clássicas estrangeiras novamente traduzidas em português.

A literatura aprendeu assim com os jornais que era mortal, ao mesmo tempo que os jornais iam aprendendo com o digital a mesma dura lição. Os jornais olhavam para além da literatura, a literatura habituava-se a passar sem os jornais.

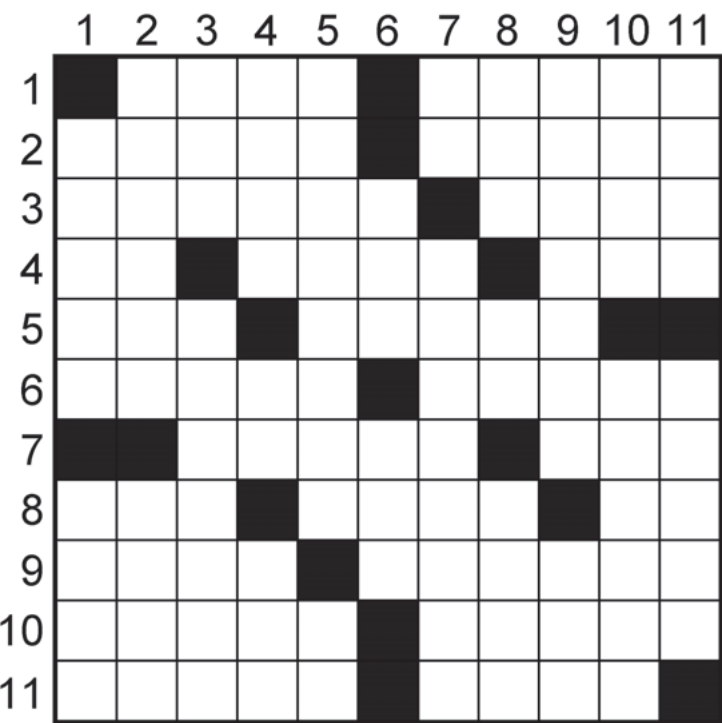
E, contudo, há leitores. Eles continuam a ler e a comprar livros. Eles interagem com os livros como todas as gerações fizeram, mesmo que hoje leiam no Kindle ou no computador. Eles procuram os novos livros e se calhar (quem sabe, há gente para tudo!) não precisam de mais informação sobre o *Moby Dick* ou a *Ana Karenina*, reeditados pela enésima vez em Portugal. Mas a verdade é que os leitores formam hoje, aos olhos da edição de massas, não um público, mas um mercado, não um sujeito que reage e sinaliza, mas um inerte objeto de *marketing*.

Os jornais são igualmente vítimas deste declínio do literário e deste esquecimento da escrita, paradoxalmente acompanhado e endossado por aqueles mesmos que mais devem aos livros.

A mesma melancolia nos invade, leitores de jornais e leitores de livros. E se os jornais falam cada vez menos dos livros, podem os leitores dos livros sorrir para os jornais e dizer-lhes: *De te fabula narratur!* Temos todos a mesma história e caminhamos todos para o mesmo fim!

Os leitores formam hoje, aos olhos da edição de massas, não um público, mas um mercado.

Diplomata e escritor.

PALAVRAS CRUZADAS

Horizontais:
1. Vasilha grande de aduelas, para nela se deitar vinho ou pisarem uvas. Conjunto de cartas geográficas dispostas em livro. 2. Estreito que liga dois mares. Baixinho (Música). 3. Sarcasmo. Combate. 4. A tua pessoa. Unidade monetária do Japão. Gracejar. 5. Mulher que cria uma criança alheia. Vem ao mundo. 6. Ladeira. Bocado de pano velho. 7. Plataforma ou estrado com três lugares, para o qual sobem os atletas vencedores de uma prova desportiva. Víscera dupla. 8. Camareira. Curral de ovelhas. Rubídio (símbolo químico). 9. Na parte exterior. Pregador. 10. Anos de vida. Vaia (figurado). 11. Ética. Galho.

Verticais:
1. Mencionar. Semelhante. 2. As folhas ou agulhas do pinheiro. Elemento químico com o símbolo I. 3. Único. Suster a queda de. 4. Excluí. Poeira. Nome feminino. 5. Doido (figurado). Artigo antigo. 6. Nome feminino. Nome masculino. 7. Armada Portuguesa (sigla). Rebentar com estrondo. 8. Sinal gráfico que serve para nasalar a vogal a que se sobrepõe. Crómio (símbolo químico). Molusco gastrópode univalve que adere aos rochedos. 9. Premiar por mérito artístico ou literário. Redução das formas linguísticas "de" e "um" numa só. 10. Prefixo (oposição). Galanteio. 11. Produzir som. Parte superior do braço.

SUDOKU

6	2		5	1				
		7	9			5		
1		4			8		2	
7		1			4	3		2
	6					8		5
		5	2				9	7
3	7	8			6			1
			3					
5	4	6		2	1	9	8	

SOLUÇÕES

6	2	9	5	1	7	4	3	8
8	3	7	9	4	2	5	1	6
1	5	4	6	3	8	7	2	9
7	9	1	8	5	4	3	6	2
2	6	3	1	7	9	8	4	5
4	8	5	2	6	3	1	9	7
3	7	8	4	9	6	2	5	1
9	1	2	3	8	5	6	7	4
5	4	6	7	2	1	9	8	3

Palavras Cruzadas
Horizontais:
1. Cuba. Atlas. 2. Canal. Piano. 3. Ironia. Luta. 4. Tu. Iene. Rir. 5. Ama. Nasce. 6. Rampa. Trapo. 7. Pódio. Rim. 8. Aia. Ovil. Rb. 9. Fora. Orador. 10. Idade. Apupo. 11. Moral. Ramo.
Verticais:
1. Citar. Afim. 2. Caruma. Iodo. 3. Uno. Amparar. 4. Bani. Pó. Ada. 5. Alienado. El. 6. Ana. Ivo. 7. AP. Estoirar. 8. Til. Cr. Lapa. 9. Laurear. Dum. 10. Anti. Piropo. 11. Soar. Ombro.

BMW 218d Active Tourer no regresso às aulas

MONOVOLUME. Os monovolumes passaram de moda, substituídos pelos SUV. Mas será que as suas qualidades continuam válidas? Testei a segunda geração do BMW Série 2 Active Tourer para descobrir se ainda é uma boa opção de transporte neste regresso às aulas.

TEXTO **FRANCISCO MOTA**/BLOGUE TARGA 67 | FOTOS **JOÃO APOLINÁRIO**

A maior altura das portas, face a uma berlina normal, facilita o acesso ao habitáculo, também porque a altura ao solo não é tão alta como num SUV.

O mercado já ofereceu monovolumes em praticamente todos os segmentos, mesmo se muitos já se esqueceram dessa fase. Os SUV "roubaram-lhes" o papel de familiares por excelência fazendo os MPV (*Multi Purpose Vehicle*) praticamente desaparecer dos configuradores. Mas alguns conseguiram sobreviver. É o caso do BMW Série 2 Active Tourer, que entrou agora na segunda geração. Partilhando a plataforma de tração à frente com o mais recente Série 1 e alguns modelos da Mini, o Active Tourer talvez tenha na relação entre as dimensões compactas exteriores de 4,4 metros e o generoso espaço interior o segredo da sua sobrevivência.

Face ao seu antecessor, manteve a distância entre eixos mas aumentou a largura das vias e todas as cotas principais, ganhando volume por fora e por dentro. Claro que não é de nada disto que fala quem aponta com o dedo para a frente do carro quando o vê na rua. Como nos mais recentes modelos da BMW, a grelha no tradicional duplo rim subiu brutalmente de dimensões, em parte para albergar todos os sensores necessários às ajudas à condução, em parte por uma opção de estilo, que não será do agrado de todos, mas que inclui também um parabrisas menos inclinado e um capô mais horizontal, para lhe dar menos ar de monovolume.

A versão que testei foi a 218d, equipada com um motor 2.0 de quatro cilindros turbo e diesel, uma solução que também deixou de ser a última moda. Contudo, a potência de 150 cv permite-lhe uma grande desenvoltura, tanto em cidade como em estrada. Mais ainda quando ajudado por uma caixa automática de dupla embraiagem e sete relações, tão suave em modo D como rápida, usando as patilhas do volante. O ruído e a vibração do motor diesel são uma coisa do passado e os consumos são muito baixos. Em cidade, no meu habitual teste de consumos, obtive uma média de apenas 5,9 l/100 km.

A maior altura das portas face a uma berlina normal facilita o acesso ao habitáculo, também porque a altura ao solo não é tão alta como num SUV. Na segunda fila há espaço mais do que suficiente para dois adolescentes altos, o lugar do meio é mais estreito. Os bancos estão divididos em duas partes desiguais e deslizam para trás e para a frente, de modo a otimizar o espaço para passageiros ou aumentar a capacidade da mala. Na posição normal, há 470 litros na bagageira e um grande compartimento sob o piso.

Nos lugares da frente também não falta espaço e os bancos desportivos são confortáveis e têm bom apoio lateral. O volante está muito bem posicionado, nada a ver com os MPV do passado, e a consola flutuante tem um espaço aberto por baixo para as carteiras das senhoras. A alavanca da caixa de velocidades foi substituída por um botão muito pequeno e pouco prático. Em frente aos olhos do condutor está um novo painel digital, que junta, na mesma peça, os instrumentos e o ecrã tátil central. O aspeto é moderno e a utilização não é muito complicada, mas os comandos da climatização estão lá inseridos, o que dificulta a sua utilização sem tirar os olhos da estrada. Mais abaixo, há um amplo porta-objetos com um local para colocar o *smartphone*, que fica preso por uma mola.

Mesmo tratando-se de um monovolume, o 218d Active Tourer não deixa de ter a dinâmica típica de um BMW. A direção é um pouco leve, mas é precisa e direta, o que dá imensa confiança. A inclinação lateral em curva é menor do que se poderia esperar de um monovolume, mantendo elevada estabilidade em autoestrada, onde o meu teste de consumos indicou um excelente valor de 4,1 l/100 km. Ou seja, a autonomia de um depósito cheio ronda os 1100 km. Claro que há um preço a pagar pelo rigor e precisão da dinâmica, que é o conforto em piso menos perfeito. Mas devo dizer que esta unidade que testei estava equipada com a suspensão desportiva M, opcional. Com um excelente nível de qualidade de materiais no habitáculo, este 218d Active Tourer pode não ser o modelo mais "à moda" entre os familiares, mas uma coisa é certa: cumpre a sua função com enorme facilidade e eficiência, acrescentando o fator *premium* apreciado por tantos compradores no nosso país.

dnot@dn.pt

Nos lugares da frente não falta espaço e o volante está muito bem posicionado.

BMW 218d

Motor: quatro cilindros em linha, diesel de injeção direta e turbo
Potência: 150 cv/3750 rpm
Binário: 360 Nm/1500 rpm
Tração: dianteira
Caixa: automática de 7 velocidades
Aceleração: 0-100 km/h 8,8 s
Velocidade máxima: 220 km/h
Consumo médio WLTP: 5,3 l/100 km
Emissões em ciclo misto WLTP: 125 g/km CO^2
Bagageira: 470 litros
Preço: 43.470 euros

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 13 DE SETEMBRO DE 1922 PARA LER HOJE

SELEÇÃO DO ARQUIVO DN
POR **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

AS FESTAS do Brasil

Inauguração do pavilhão de honra da França

Homenagens ás embaixadas e delegações estrangeiras

RIO DE JANEIRO, 11 —Foi hoje inaugurado oficialmente, ás 5 horas da tarde, o pavilhão de honra da França na Exposição Internacional. Ao acto assistiram as embaixadas de todos os países ali representados, oficialidades superiores das missões estrangeiras e muitos convidados, entre e es os elementos mais em evidencia da colonia francesa no Rio de Janeiro. Discursaram o deputado sr. Geo Gerard, comissario geral francês, que pôs em relevo as afinidades de interesses e de ideais existentes entre a França e a America Latina, o ministro do Interior, em nome do governo, e o sr. Ferreira Chaves em nome da comissão executiva. Foi servido «champagne» a todos os assistentes, havendo em seguida baile.

O pavilhão francês é uma reprodução exacta do Petit Trianon, de Versailles (Especial).

Um baile oferecido pelo burgomestre de Bruxelas

RIO DE JANEIRO, 11.—Realizou se a noite passada, tendo atingido grande brilhantismo, um baile oferecido pelo burgomestre de Bruxelas, Mr. Max, á embaixada da Belgica e aos embaixadores especiais e oficialidade das outras nações.—(Especial).

Uma recita de gala em honra das oficialidades estrangeiras

RIO DE JANEIRO, 11. —Amanhã realiza-se no Teatro Municipal uma recita de gala em honra das oficialidades estrangeiras. Foram dirigidos convites especiais aos oficiais dos cruzadores portugueses «Republica» e «Carvalho Araujo». — Especial.

Um almoço, um chá e um banquete ás delegações municipais americanas

RIO DE JANEIRO, 11. — O Conselho Municipal do Rio de Janeiro resolveu obsequiar as delegações municipais sul americanas oferecendo lhes hoje um almoço no Corcovado, amanhã um chá na Casa Colombo e no dia 16, dia da visita a Petropolis, um banquete no hotel Gloria. — Especial.

A imprensa perante a visita do sr. dr. Antonio José de Almeida

RIO DE JANEIRO, 11. — O jornal «A Patria» publicará amanhã uma local alvitrando que o governo decrete feriado oficial o dia da chegada do sr. Presidente da Republica Portuguesa ao Rio de Janeiro.

Os jornais do Rio publicam extensos radiogramas, descrevendo as festas realizadas no passado dia 7 a bordo do vapor »Porto», em comemoração da data da independencia do Brasil

Entre essas noticias radiograficas figura um desenvolvido extracto do discurso pronunciado pelo sr. dr. Antonio José de Almeida. — Especial.

O campeonato de revólver de guerra

RIO DE JANEIRO, 11. — Realizou-se hoje o campeonato internacional do revólver de guerra. Houve varias provas, ficando classificado em primeiro lugar o Brasil. — Especial.

O rendimento da Exposição em três dias

RIO DE JANEIRO, 11. — Nos três primeiros dias da Exposição, o rendimento das entradas atingiu a quantia de 112 contos. — Especial.

O sr. ministro interino dos Negocios Estrangeiros recebe hoje, pelas 14 horas, no ministerio da marinha o sr. dr. Belfort Ramos, encarregado do Negocios do Brasil.

PIOR QUE DURANTE A GUERRA

O COMANDANTE DE UM PAQUETE deitou 16 portugueses ao mar!

Seis morreram afogados e os 10 restantes foram salvos por dois cruzadores

RIO DE JANEIRO, 11.—O comandante do vapor alemão «S. Martin», que saiu deste porto com destino a Santos, descobrindo a bordo, á saida da barra, dezasseis portugueses clandestinamente embarcados, mandou espanca-los barbaramente, ordenando em seguida que os lançassem ao mar! Os infelizes lutaram durante horas com as ondas. Seis morreram afogados. Os 10 restantes foram salvos a custo pelas vedetas dos navios estrangeiros fundeados na baía de Guanabara.

O Governo, ao ter conhecimento desta barbaridade sem precedentes, telegrafou para Santos, ordenando a prisão do desumano comandante do «S. Martin».

O Centro Madeirenses convocou uma sessão extraordinaria para tratar do assunto, resolvendo acompanhar o processo a instaurar aos responsaveis pelo lançamento dos portugueses ao mar.

Os dez sobreviventes foram recolhidos na sala da policia, onde os Madeirenses lhes prodigalizaram todos os cuidados, abastecendo-os de roupas enxutas, alimentos e cigarros.

O consul geral de Portugal tomou as providencias necessarias para dar conveniente destino aos naufragos. Os cadaveres dos afogados ainda não apareceram.

O extraordinario acontecimento produziu a maior indignação entre todos os estrangeiros que se encontram actualmente no Rio de Janeiro.—Especial.

RECORDAÇÕES da Grande Guerra em França

Um alferes de artelharia do exercito inglês que morre coronel do exercito português

A camaradagem entre os artelheiros ingleses e portugueses — O estoicismo britanico — A firmeza na dôr

Ao ver comemorar-se o aniversario da batalha do Marne eu recordo ainda com emoção um episodio da guerra ocorrido na artelharia de C. E. P. em França em 10 de Agosto de 1917.

Nesta data, quem escreve estas linhas, era o comandante geral da artelharia do C. E. P.

Tendo visitado as 11 batarias de 7c,5 e as 3 de obuzes que então constituiam a nossa artelharia, reservei para ultima visita a bataria inglesa de obuzes de campanha do comando do major graduado Forestier Walker, que tinha por segundo comandante o capitão H. Stoker e que estava incorporada na nossa artelharia.

Esta visita foi com antecedencia marcada para aquele dia e anunciada para as 3 horas da tarde.

Acompanhavam-me o tenente coronel de artelharia, hoje general graduado Bernardo de Faria e Silva, o major do estado maior inglês, meu agente de ligação com o comando de artelharia do corpo inglês, Goir Browne, e o comandante e o 2.º comandante da bataria, ja referidos.

Esta bataria era composta de 6 obuzes de 4,5 polegadas e estava dividida em dois agrupamentos distanciados um do outro; o primeiro formado por 4 peças e o segundo pelas duas restantes.

A visita ao primeiro agrupamento fez-se sem novidade.

Tive ocasião de reconhecer a ordem, o asseio, a compostura das praças e bem assim a prontidão e certeza com que o comandante respondia ás minhas perguntas.

Finda esta visita encaminhámo-nos para o local do 2.º agrupamento.

Ao passarmos junto de uma casa em ruinas, como todas desta região, disse-me o comandante da bataria no seu francês inglesado:

—Esta casa é a «messe» dos oficiais da bataria.

Logo uma granada boche de 15 cm galga a casa e vai rebentar uns 60 m. á rectaguarda.

Observação minha para o comandante: «Estes diabos até uma casa erram».

Como resposta, outra granada atinge o telhado da casa; outra se segue; o resto do telhado vôa, em pedaços.

Dentro da casa devia haver desastre sério. Eu ignorava ainda que lá se encontravam oficiais e praças inglesas.

Acto continuo, o 2.º comandante, com uma decisão rapida, dirige se imediatamente para lá, não obstante as granadas continuarem a rebentar dentro da casa; ele sabia que camaradas seus ali estavam; e por isso, com um espirito extraordinario de abnegação, correu a socorrê-los, não obstante arriscar-se á morte quasi certa.

Eu e os companheiros continuámos em direcção ao local do segundo agrupamento, onde em breve chegámos.

Continuava o bombardeamento que nós observavamos agora, a uns 100 m. de distancia, deitados sobre a relva.

Em breve o capitão inglês nos comunicava que tinha havido mortes e ferimentos de gravidade dentro da casa.

Na verdade, pouco depois eram conduzidos para junto de nós alguns feridos, um deles com o craneo e pernas fracturadas e outro com um grande ferimento no ventre.

Recordo me ainda da fisionomia dêste ultimo, olhando-me com olhar triste e resignado, de quem se despede dêste mundo.

Pus o meu automovel, que perto estava, á disposição do comandante da bataria para a condução dos feridos á ambulancia.

Entretanto aparecia junto de nós um alferes inglês, que, pertencendo á bataria, se encontrava dentro da casa bombardeada por estar doente com febres, e que de lá se poude escapar com vida. Vinha em ceroulas e meias e com um leve «dolman» sobre os ombros.

Dirigiu-se a mim, dizendo:

— Meu general (ao tempo era coronel, mas os ingleses tratavam me por general): Sou o alferes Wing, da bataria; desculpe a fórma como me apresento; estava deitado com febre e mal tive tempo de saír e por milagre escapei.

Soube mais tarde, que este alferes só abandonou a casa, depois de ajudar a socorrer os feridos para fóra dela, não obstante o seu estado de saude e o perigo que corria.

Observei lhe que, visto o seu estado e a tarde estar já fria, era conveniente que se recolhesse ao abrigo que estava perto. Aceitou o alvitre embora contrariado, pois não queria correr menos risco do que nós, que estavamos expostos.

Continuava o bombardeamento.

Perto de nós o comandante da bataria, na ausencia do medico, procedia, com uma serenidade tocante, aos primeiros curativos dos feridos.

Este serviço era feito com uma ordem e um sossêgo, que a nós, portugueses, impressionava, pois avaliavamos, o que seria aquele trabalho feito em qualquer unidade portuguesa, nas mesmas condições.

O alferes Wing pouco se demorou no abrigo. Saiu e veio sentar-se perto de mim.

Eu então disse-lhe:

—Visto querer permanecer aqui não deve estar exposto á humidade e ao frio; vista o meu impermeavel. Ele sorriu se ao oferecimento, por a sua graduação ser muito inferior á minha. Insisti, dizendo:

—Aceite; será coronel do exercito português, ainda que seja por minutos.

E deitei lhe o impermeavel pelos ombros.

Mal tinha agradecido este meu gesto quando uma granada rebentou a uns 5 m nós. Tinham transposto o tiro para o local onde estavamos. Outra granada se seguiu. Levantamo nos imediatamente para vêrmos se alguem estava ferido.

A' nossa direita o infeliz alferes Wing estorcia-se no chão, numa poço de sangue

Tinha sido atingido por cacos das granadas que lhe tinham esfacelado os intestinos.

Que horrivel presagio o meu! Morreu o pobre Wing, fardado de coronel da artelharia portuguesa.

Ainda hoje me atormenta esta ocorrencia!

Rebentou outra granada mais perto ainda; ficamos cobertos de terra e de cacos.

Levantaram o alferes, que foi conduzido para o abrigo; poucos momentos lhe restavam de vida. Ouço ainda o seu lamento rouco e fundo, como já ouvira semelhante ao do craneo fracturado, pronuncio de morte proxima.

No dia seguinte era o alferes Wing enterrado com os seus companheiros mortos. Lá foi para a sepultura fardado de coronel de artelharia portuguesa.

Os ingleses suposeram que um acto de espionagem tinha fornecido aos alemães noticia da hora e do dia em que eu fazia esta visita, pois que até aquela data a bataria não tinha sido referenciada.

Retiramos daquele local perseguidos por granadas, até atingirmos o local onde estava o meu automovel, enquanto com a serenidade propria da raça inglesa o comandante e os oficiais da bataria escolhiam já nova posição para ela.

Despedi-me dos oficiais e apertei a mão do tenente da bataria que com as lagrimas nos olhos se dirigiu para o abrigo onde jazia morto o seu amigo e companheiro e camarada intimo.

O pai do alferes Wing que residia, ao tempo, em Londres solicitou que se lhe desse a bandeira portuguesa que cobrira o corpo do seu filho antes de ser dado á sepultura.

Ofereci-me eu para lha levar quando fosse a Inglaterra inspecionar a nossa artelharia pesada, o que seria dentro de breve tempo.

Ao entrar na casa da familia Wing, acompanhado do major Goor Browne tinha a convicção de que seria recebido no meio duma scena de lagrimas, tanto mais que o alferes era o unico filho varão naquela familia. Ficara ela reduzida ao pai, mãe e uma gentil e formosa menina que tinha acabado de sair do colegio por ter terminado a sua educação.

Ao ser introduzido na sala reconheci logo quão diferente é a psicologia dos povos latinos e dos povos do norte.

Eram as horas do chá da tarde. A ele assisti, versando a conversa com o recolhimento natural de ocasião, sobre varios assuntos estranhos á guerra.

Eu conservava a bandeira enrolada debaixo do braço..

Terminado o chá o pai pediu-me para o acompanhar ao seu escritorio, aproveitando a ocasião para me mostrar a sua casa.

Uma vez no escritorio dirigiu-se a mim, agradecendo as homenagens prestadas ao seu filho terminando por estas palavras:

—Era o meu unico filho, perdi-o; mas a ter de perdê-lo sinto orgulho em ter ele morrido em defesa da Inglaterra! Uma leve tremura do queixo fez denunciar a sua dôr.

Voltámos á sala; e foi então ao despedir-me que eu entreguei a bandeira á mãe do alferes Wing nosso companheiro, morto ao serviço da artelharia portuguesa. Assim procedi, porque é naturalmente no coração de uma mãe que mais fortemente pulsam os sentimentos de afecto e de carinho e onde portanto a saudade e a dôr e mais intensa.

Não poude ela, a pobre senhora ser superior á sua magua. Ao receber a bandeira que cobriu o cadaver do seu filho, apertou-me a mão e retirou-se soluçando.

Prova sublime do valor e do espirito de abnegação e de estoicismo da raça inglesa.

O acto de coragem e de heroismo praticado pelo capitão Stokes, levou-me á propô-lo para ser condecorado com a cruz de guerra portuguesa.

Foi este valente o primeiro oficial estrangeiro condecorado com a nossa cruz de guerra.

Na ocasião em que, pelo presidente da Republica, se fez a primeira distribuição de condecorações em França, já a bataria n.º 65 inglesa não estava encorporada na artelharia portuguesa.

Esta bataria tinha sido removida para a Belgica.

Logo no primeiro combate em que entrou teve o seu comandante, então o cap. Stoker, gravemente ferido, pelo que, depois de passar por varios hospitais, foi internado num hospital temporario em Trepor.

Sabendo que ele ali se encontrava, pedi autorização para ir a Trepor pôr-lhe ao peito a Cruz de Guerra.

Lá fui encontrar o cap. Stoker tendo sofrido já varias operações e em vespera de sofrer outras; tinham-lhe já cortado um pé e não podia mexer os braços.

Abracei-o, beijei-o e pus-lhe ao peito a Cruz de Guerra, por sôbre a camisa que tinha vestida. Agradeceu sorrindo, com o mesmo ar de resignação que sempre notei nos feridos ingleses.

Ao escrever estas linhas aprás-me recordar as provas de muita consideração que sempre recebi dos generais a quem estive subordinado e os laços de camaradagem e estima que houve entre todos os artelheiros.

Nunca esquecerei o auxilio prestado ao comandante de artelharia do C. E. P., nem esqueci tambem os exemplos dados pelo exercito inglês no que diz respeito ao seu metodo e ordem nos serviços e ao espirito de sacrificio, abnegação e estoicismo, á sua admiravel firmeza na dôr.

Abel Hipolito.

Imposto sobre lucros excessivos: Costa mantém opções em aberto

ENTREVISTA Chefe do Governo atira decisão sobre novo aeroporto para o final de 2023.. Sobre o SNS, pede a Lisboa que aprenda com a forma como o Porto se organizou.

TEXTO **JOÃO PEDRO HENRIQUES**

"Não incluímos nem decidimos". Esta foi a fórmula usada ontem pelo primeiro-ministro para comentar a hipótese de o Governo lançar um imposto sobre os lucros excessivos das empresas.

Entrevistado na TVI/CNN Portugal pelos jornalistas Pedro Santos Guerreiro e José Alberto Carvalho, Costa comentou esta hipótese – já defendida no PS por Carlos César, Pedro Marques e Alexandra Leitão, para já não falar do ministro da Economia, António Costa e Silva – que o Governo está a "analisar" e "se se justificar haverá medidas e se não se justificar não haverá medidas", deixando assim as opções em aberto.

A entrevista começou pela questão dos aumentos das pensões, numa altura em que se especula sobre a hipótese de no futuro as fórmulas de cálculo serem alteradas diminuindo os montantes das pensões.

"Não há truque nenhum", "até ao final de 2023 os pensionistas irão ver integralmente reposto o poder de comprar perdido ao longo do ano", assegurou o chefe do Governo, dizendo que no próximo ano os aumentos serão em entre entre 3,53% e 4,43%.

Porém, quanto a 2024, não se vinculou com nenhum valor ("não me vou por neste momento a discutir qual vai ser o aumento em 2024"), ressalvando no entanto que os aumentos não poderão seguir o valor da inflação, tendo de ser inferiores. "Não podemos dar a uma inflação extraordinária um efeito permanente", sublinhou, dizendo que se as pensões aumentassem de acordo com a inflação "o país perdia 13 anos de pensões" e isso "não seria justo, equilibrado e responsável". Para 2023, disse que o Governo está a trabalhar com previsões da inflação na ordem dos 7,4% – mas, acrescentou, os aumentos salariais na Função Pública serão inferiores. Ainda quanto a apoios à economia por causa do surto inflacionista, acrescentou que esta quinta-feira anunciará o que fará com as empresas.

António Costa. As conversas com Montenegro sobre o aeroporto têm sido "serenas"

SNS e novo aeroporto de Lisboa foram outros dos temas da entrevista.

Quanto ao novo aeroporto, António Costa disse pensar que "já não está longe" um entendimento com o PSD. Este entendimento será porém apenas, para já, sobre a "metodologia" a seguir para se chegar a uma decisão definitiva. E quanto a esta decisão definitiva mostrou não ter pressa dizendo ela só surgirá até ao final de 2023, sendo que, segundo acrescentou, as conversas com Luís Montenegro (e sem o ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos) têm decorrido de "forma serena".

Já quanto à saúde, explicou que o Governo escolherá o novo diretor-geral do SNS depois de o Presidente da República promulgar a lei que regulamentou a criação do cargo.

Pelo meio, explicou que a este novo dirigente público competirá fazer a gestão "operacional" do "dia-a-dia" do SNS, cabendo ao Governo as grandes orientações políticas. O chefe do Governo comentou a crise deste verão nas urgências obstétricas insinuando críticas ao funcionamento dos serviços. Deu até o exemplo da redação da TVI: "Não é por as pessoas meterem férias que se interrompe a emissão." Concretamente, elogiou a atuação dos serviços no Porto, por contraste com Lisboa: "Lisboa tem muito a aprender com o Porto em muitas coisas e designadamente em matéria de organização dos serviços de saúde", afirmou, com referências à forma metropolitana como ali as urgências estão organizadas (um elogio implícito ao atual presidente do Hospital de S. João, Fernando Araújo, que protagonizou essa reorganização quando dirigiu a ARS do Norte).

António Costa desvalorizou ainda as várias crises internas no seu Governo, salientando que só provam que "maioria absoluta não significa ausência de problemas."

BREVES

Marina Silva declara apoio a Lula

Marina Silva apoia Lula da Silva nas eleições de 2 de outubro. O apoio foi formalizado ontem num encontro em São Paulo e representa o reencontro de dois dos mais populares políticos do Brasil depois de mais de uma década de afastamento. "Manifesto meu apoio de forma independente ao candidato e futuro presidente Luiz Inácio Lula da Silva", disse a ambientalista, ex-ministra e candidata, três vezes, à presidência (2010, 2014 e 2018). "Compreendo que neste momento crucial da nossa história [ele é] quem reúne as maiores e melhores condições para derrotar Bolsonaro e a semente maléfica do bolsonarismo", disse.

Pedrógão. Onze acusados ouvem sentença

O comandante dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande, Augusto Arnaut, dois funcionários da antiga EDP Distribuição (atual E-REDES) e três da Ascendi e os ex-presidentes das câmaras de Pedrógão Grande e Castanheira, Valdemar Alves e Fernando Lopes, respetivamente, devem conhecer hoje o acórdão final do julgamento que visou determinar as responsabilidades nos incêndios de Pedrógão Grande, em 2012, em que morreram 63 pessoas e 254 ficaram feridas.
Aos arguidos, 11 no total, são imputados crimes de homicídio por negligência e ofensa à integridade física por negligência, alguns dos quais graves. O início da leitura do acórdão está marcado para as 10h00, no Tribunal Judicial de Leiria.

Conselho de Administração Marco Galinha (Presidente), Domingos de Andrade, Guilherme Pinheiro, António Saraiva, Helena Maria Ferreira dos Santos Ferro de Gouveia, José Pedro Soeiro, Kevin Ho e Phillippe Yip **Secretário-geral** Afonso Camões **Diretora** Rosália Amorim **Diretor-adjunto** Leonídio Paulo Ferreira **Subdiretora** Joana Petiz **Data Protection Officer** António Santos **Diretor de Tecnologias e Sistemas de Informação** David Marques **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 28 571 441,25 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção e Patrícia Lourenço **Direção Comercial** Frederico Almeida Dias e Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital social:** KNJ Global Holdings Limited – 35,25%, Páginas Civilizadas, Lda. – 29,75%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 24,5%, Grandes Notícias, Lda. - 10,5% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt